

PENSAMENTOS & palavras

Educação, cidadania
e valores



ORGANIZADORA:
BETIJANE SOARES DE BARROS

VOLUME
9

Φ *Phillos*

PENSAMENTOS & palavras

Educação, cidadania
e valores

Além de incluir os estudos e as teorias fundamentais para a compreensão dos fundamentos da educação, esta coletânea possibilita aos estudantes, pesquisadores e aqueles envolvidos no processo de aprendizagem um olhar privilegiado sobre as questões inovadoras da área, como a influência das práticas pedagógicas, os avanços nos estudos da psicopedagogia, as habilidades necessárias para a docência, entre outros diversos tópicos.

ISBN 978-855296228-1



9

788552

962281

Phillos
www.editoraphillos.com



PENSAMENTOS
& PALAVRAS

Educação, cidadania e valores

Volume 9

DIREÇÃO EDITORIAL: Willames Frank
DIAGRAMAÇÃO: Jeamerson de Oliveira
DESIGNER DE CAPA: Jeamerson de Oliveira
REVISÃO ORTOGRÁFICA: Radjane Morais
IMAGEM DE CAPA: <https://www.pexels.com>

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Phillos estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2017 Editora PHILLOS
Av. Santa Maria, Parque Oeste, 601.
Goiânia-GO
www.editoraphillos.com
editoraphillos@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S138p

Barros, Betijane Soares de

Pensamentos & palavras: educação, cidadania e valores (Volume 9). [recurso digital] / Betijane Soares de Barros (Org). – Goiânia-GO: Editora Phillos, 2019.

ISBN: 978-85-52962-98-9

Disponível em: <http://www.editoraphillos.com>

1. Educação. 2. Pedagogia. 3. Docência. 4. Ensino.
5. Aprendizagem. I. Título.

CDD: 370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

BETIJANE SOARES DE BARROS (ORG.)

PENSAMENTOS & PALAVRAS

Educação, cidadania e valores

Volume 9

Goiânia-GO
2019

Editora
Phillos

Direção Editorial

Willames Frank da Silva Nascimento

Comitê Científico Editorial

Dr. Alberto Vivar Flores

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Dr^a. Maria Josefina Israel Semino

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

Dr. Arivaldo Sezyshta

Universidade Federal da Paraíba | UFPB (Brasil)

Dr. Dante Ramaglia

Universidad Nacional de Cuyo | UNCUYO (Argentina)

Dr. Francisco Pereira Sousa

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Dr. Sirio Lopez Velasco

Universidade Federal do Rio Grande | FURG(Brasil)

Dr. Thierno Diop

Université Cheikh Anta Diop de Dakar | (Senegal)

Dr. Pablo Díaz Estevez

Universidad De La República Uruguay | UDELAR (Uruguai)

SOBRE A ORGANIZADORA



BETIJANE SOARES DE BARROS - Possui Doutorado em Ciências da Educação e Doutorado em Ciências da Saúde, Mestrado em Ciências da Saúde, Especialização em Ciências Biológicas e Especialização em Neuropedagogia, Graduação em Ciências Biológicas.

Curriculum Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/4622045378974366>

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	10
AS BELEZAS NATURAIS DE PIRAMBU <i>Anna Paula Costa Marques</i>	
CAPÍTULO 2	33
O PAPEL DA ESCOLA COMO AGENTE FORMADOR DA CONSCIÊNCIA ACERCA DO MEIO AMBIENTE <i>Marcos Antonio Santos</i>	
CAPÍTULO 3	49
O IMPACTO DAS PESQUISAS SOBRE O LETRAMENTO PARA AS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO INFANTIL <i>Maria Adriana dos Santos Oliveira</i>	
CAPÍTULO 4	64
A MONOPARENTALIDADE FEMININA: A DIFÍCIL TAREFA DE CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS FRENTE A EXPLORAÇÃO SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA <i>Maria Silvia Nascimento</i>	
CAPÍTULO 5	89
A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DA CRIANÇA <i>Rinaldo dos Santos Brito</i>	

CAPÍTULO 6	118
A ATUAÇÃO DO PROFESSOR DIANTE DO PROGRESSO DE INCLUSÃO	
<i>Roberto dos Santos</i>	
CAPÍTULO 7	127
PESQUISA PARTICIPANTE: A EDUCAÇÃO CRISTÃ	
<i>Silvanete Silva Carvalho</i>	

CAPÍTULO 1

AS BELEZAS NATURAIS DE PIRAMBU

Anna Paula Costa Marques¹

O MEIO AMBIENTE E AS BELEZAS DE PIRAMBU

O Projeto “As Belezas da Minha Terra Pirambu”, que foi elaborado para ser aplicado no mês de novembro, para oportunizar conhecimentos a respeito da cultura, das belezas naturais e da história (Emancipação Política) do município de Pirambu, possibilitou a produção de uma série de Sequências Didáticas (SD).

Uma das Sequências Didática elaborada foi aplicada na Escola Municipal Professora Odete Pereira de Santana, localizada no Povoado Marimbondo, em Pirambu, na turma (multisseriada) Educação Infantil e 1º ano, com 16 alunos. As áreas de conhecimento que esta SD contemplou foram Português, Ciências Naturais e Artes. Visou abordar os seguintes conteúdos: Texto informativo, produção desse tipo de gênero, Meio Ambiente; Reserva Ecológica; Preservação Ambiental; Fauna (animais marinhos – principalmente a Tartaruga, Camarão e Peixe); Poluição do ambiente; Bandeira (Pirambu e Brasil); Mapa do Brasil; Releituras de

¹ Escola Municipal Professora Odete Pereira de Santana Pirambu - SE
E-mail: annapmarques@gmail.com

algumas obras de José Fernandez; Confecção de representações dos animais destacados.

Assim, com o intuito de despertar nos estudantes a curiosidade em conhecer lugares de sua cidade e de observar mais detalhadamente o meio que está a sua volta buscou-se desenvolver um trabalho com atividades diversificadas, voltadas principalmente para assuntos direcionados a Ciências Naturais, pois o meio ambiente, principalmente animais marinhos, foi o foco principal para a elaboração de todas as atividades aplicadas e o elo entre as áreas de conhecimento já citadas. E como está nos PCN's, as aulas e trabalhos por meio de projetos, que visam apresentar os fenômenos naturais em conjunto com a busca de transformações no meio, favorecem a aprendizagem global e tornam-se contextualizados com a realidade dos alunos. (Brasil, 1997).

Essa Sequência Didática oportunizou um maior conhecimento sobre os variados ambientes, principalmente a fauna e a flora característica do município de Pirambu, além disso, apresentou um pouco da diversificada pluralidade cultural do município, que de certa maneira valoriza e apresenta suas belezas naturais em sua cultura.

A presente sequência teve como temática “As Belezas Naturais de Pirambu” e como recorte de estudo as tartarugas do Projeto Tamar. O enfoque aos conteúdos sobre a questão ambiental em Pirambu buscou despertar nos estudantes interesse em conhecer os lugares de sua região e a história da sua cidade, ampliando as informações sobre seu Município. Foi elaborada com o propósito de fazer com que os estudantes passassem a observar o ambiente que os

cercam, além de promover momentos que os levassem a apreciar as belezas naturais da cidade, o município que moram, promovendo aulas passeio para conhecer determinados povoados. Aproveitando o passeio, ao Oceanário e Parque dos Cajueiros em Aracaju, realizado pela escola em comemoração ao dia das crianças, no qual os alunos demonstraram bastante interesse em tudo que viram, a SD foi elaborada para valer-se do entusiasmo que os estudantes estavam em debaterem assuntos relacionados ao Meio Ambiente, e por isso trouxe como proposta de conteúdos norteadores a outras ações a preservação da natureza, a investigação ambiental, a história da cidade que moram.

Inicialmente os estudantes relataram oralmente o que viram e o que acharam do passeio. Em uma roda de conversa foi feito o levantamento de quais foram os conhecimentos que eles obtiveram. Fazendo os seguintes questionamentos: Vocês viram quais animais marinhos e quais vegetações? Em quais os lugares que eles podem ser encontrados? Onde você pode ir a Pirambu que vai encontrar alguns dos animais vistos no Oceanário? Onde você pode ir a Pirambu que vai encontrar um cenário parecido com o que foi visto em Aracaju? Alguém sabe como nascem alguns dos animais vistos? O que será que acontecerá com o ambiente se ele não for cuidado?

As perguntas, os comentários, as hipóteses levantadas, os diálogos, os conflitos, as dúvidas, expressos pelas crianças, demonstravam a capacidade de articular informações produzidas na roda, trazendo

para o cotidiano da sala de aula seus saberes e ainda não saberes. (ESTEBAN, 2001).

Com as informações dadas pelos estudantes iniciamos uma mobilização dos mesmos, para que mantivessem o interesse em saber mais sobre o que haviam vivenciado e comentando. Para isso, foi apresentado um cartaz com imagens (retiradas da internet) do ambiente, dos animais, da vegetação de lugares de Pirambu que ainda não tinham ido e que lembravam os que haviam conhecido em Aracaju. Novamente, iniciou-se uma conversa sobre as imagens que foram apresentadas e os estudantes fizeram suas comparações e expuseram suas curiosidades, iniciando dessa maneira a primeira abordagem sobre a temática que seria tratada na Sequência Didática elaborada para tratar de assuntos relacionados a meio ambiente e sua preservação.

FOTO 1



Fotos 1– Os alunos em roda observando as imagens e conversando sobre o que veem.

A proposta das atividades para o segundo momento utilizou com recurso inicial a imagem que os estudantes têm quando observam pela janela da sala. A escola fica no povoado Marimbondo, em Pirambu e por ele se tem acesso a uma das margens do Rio Japarutuba, então da sala de aula eles conseguem ver o rio e a vegetação que tem em seu entorno, podendo ir caminhando até um dos lados de suas margens. Foi solicitado que eles descrevessem o que viam e perguntado se eles queriam ir até lá. Obviamente que a resposta foi positiva e depois essa aula passeio foi realizada.

Antes de irem até o rio, foi perguntado aos próprios estudantes que moram no povoado se eles já tinham ido lá, o que poderíamos encontrar por lá e em que os moradores utilizam o rio. Constatou-se que boa parte dos estudantes não tinham ido à beira do rio, talvez pelo fato de serem pequenos, e da maioria serem meninas e a mãe não permitir sua ida sozinha ou com colegas. Os que conheciam ou tinham ouvido os irmãos mais velhos comentarem disseram que no caminho para beira do rio tinha alguns bois, pois servia como pasto e que esses bois eram bravos, além disso, os meninos iam muito para tomar banho, lavar os animais (cavalos, burros) e os adultos saiam de lá para pescar, colocar covo para os camarões.

Após todo esse bate papo, foi feito uma lista por escrito, no quadro negro, do que poderiam encontrar nessa ida ao rio, destacando os animais, a vegetação e o ambiente como um todo. Nessa atividade o professor foi o escriba, registrando o que era dito pelos estudantes. Neste momento os estudantes falavam as sílabas das palavras que eram

ditadas para serem escritas no quadro, e dessa maneira poderia ser observado como eles escreviam a palavra sem o apoio da escrita do professor.

Esse processo vai ensinando as crianças a reconhecer seus próprios saberes e ainda não saberes e, também, os dos seus colegas. Vai revelando para a professora, saberes e ainda não saberes infantis, o que é preciso enfatizar, trabalhar com mais ênfase, retomar. (SAMPAIO, 2014, p. 149 e 150).

Antes de irem recomendou-se que deveriam observar todo o local para constatar, ao retornar a sala de aula, se o que estava na lista foi visto ou não.

FOTO 2



Foto 2 - Indo ao Rio.

Dessa vez o recurso inicial utilizado para retomada dos assuntos tratados na SD foi o cartaz das imagens de animais, vegetação e lugares de Pirambu utilizado no

primeiro momento. Pois, o objetivo para o terceiro momento seria verificar quais as informações possuíam sobre a Reserva Biológica de Santa Izabel, (REBIO de Santa Izabel), que está localizada no Povoado Lagoa Redonda, em Pirambu, além de saber se conheciam esse local. Na conversa se verificou que as informações trazidas foram conseguidas através dos relatos de outras pessoas, pois eles não conheciam o lugar. Isso foi um motivo bem válido para manter o interesse no assunto e a curiosidade para conhecer a reserva, até mesmo para comprovar se o que ouviam os outros dizerem era mesmo verdade. Outro aspecto interessante a ser destacado foi o fato dos estudantes acharem que o povoado possuía um lugar para as pessoas irem passear no fim de semana, visto apenas como um local para turismo e não como uma reserva biológica (REBIO) que precisa de preservação.

Na sequência das atividades propostas para esse momento ocorreu à ida a Reserva Santa Izabel, para fazer uma investigação ambiental, esta já havia sido agendada previamente. No local estava à espera dos estudantes e professores o funcionário da REBIO, Roberto, ele foi o responsável em explicar o que é uma reserva, pra que ela serve, quais animais e vegetação podem ser vistas na reserva, além disso, apresentou pontos principais da reserva aos estudantes e professores na aula passeio.

FOTO 3



Foto 3 – Técnico Roberto conversando com os alunos sobre a reserva.

FOTO 4



Foto 4 – Os alunos ouvindo as informações sobre a reserva.

FOTO 5



Foto 5 – Técnico Roberto conversando sobre a formação das dunas.

FOTO 6



Foto 6 – Os alunos explorando o sítio arqueológico, recém descoberto.

FOTO 7



Foto 7 – Os alunos se organizando para descer a duna.

FOTO 8



Foto 8 – Parte da Lagoa, utilizada para tomar banho.

Ao retornarem a sala de aula, os estudantes fizeram desenhos sobre as informações que obtiveram com a visita à reserva Santa Izabel, tendo que produzir frases por escrito dizendo o que acharam dos assuntos tratados durante o passeio, e também o que acharam da aula.

No momento seguinte foi apresentado o vídeo da música “Deixe a Tartaruga nadar”, de Guy Marcovaldi e Moriel Costa, com o propósito de abordar questões ambientais a partir das observações feitas nos locais visitados anteriormente (oceanário e reserva biológica de Santa Izabel), nesses lugares os estudantes viram e ouviram muitas informações sobre a Tartaruga. Até porque Pirambu é um município que possui uma sede do Projeto Tamar, e este por sua vez tem como objetivo principal cuidar e preservar as espécies de tartarugas marinhas que estão em extinção. Além disso, em Pirambu é o local onde nascem tartarugas da espécie Oliva, possuindo muitos ninhos espalhados na praia e na área da REBIO de Santa Izabel.

Após ver o vídeo e ouvir a música, foi exposto no quadro um cartaz com a letra da canção. A atividade solicitada foi a explicação e o destaque da quantidade de estrofes e versos da música, depois foi feita a leitura da letra, para perceber as rimas, essa atividade foi feita de forma oral, solicitando a cada estudante que viesse contar, apontar as palavras que rimavam. Depois os estudantes destacaram o personagem principal da canção, que só poderia ser a Tartaruga, e qual foi o assunto abordado.

FOTO 9

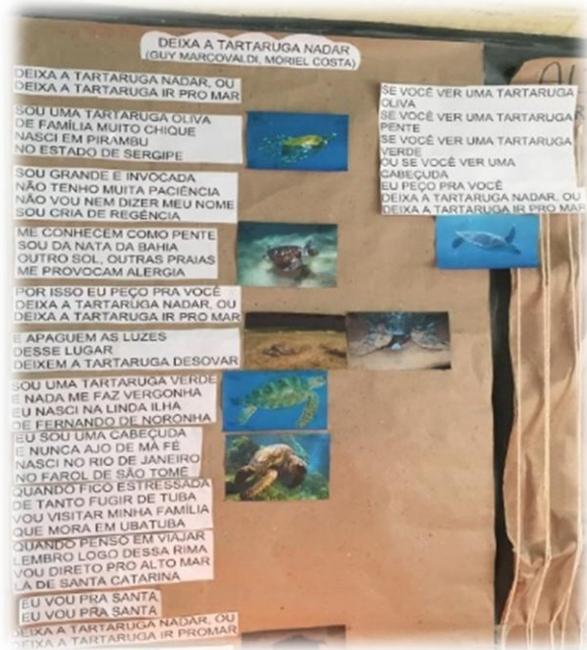


Foto 9 – Cartaz com a música “Deixe a Tartaruga nadar” com imagens.

FOTO 10



Foto 10 – A aluna fazendo a leitura de uma estrofe da canção.

Foi criada uma tabela com as espécies de tartaruga citadas na música associando ao seu local de nascimento. Depois, falaram sobre este animal e outros que aparecem no vídeo, colando o que acharam do assunto. Em grupo fizeram um cartaz com desenhos e frases sobre a tartaruga para expor na sala de aula.

O mapa de Brasil e de Sergipe foi apresentado, no quinto momento, para que os estudantes pudessem destacar os lugares de nascimento das espécies de tartarugas citada na canção ouvida no momento anterior. O mapa de Pirambu foi apresentado, com o intuito de destacar o povoado em que

está localizada a escola, a reserva biológica (Lagoa Redonda) e a praia do Projeto Tamar (sede em Pirambu).

Foi também apresentada a bandeira de Pirambu, a atividade solicitou a observação deste símbolo do município e o destaque dos elementos que a compõem. Sendo citados pelos estudantes as cores que são também as cores da bandeira do Brasil, a tartaruga, o barco de pesca, a cabana, os coqueiros e o mar. Os alunos fizeram associação dos que estava em destaque na bandeira com as informações que vinham tendo desde o início da SD. Abordou-se também sobre o aniversário da cidade de Pirambu, (as comemorações estavam ocorrendo no mês de novembro na mesma época em que a SD estava sendo desenvolvida). Após a observação dos mapas e da bandeira, cada aluno desenhou e pintou sua bandeira de Pirambu.

FOTO 11



Foto 11 – Cartaz com a bandeira de Pirambu e o mapa de Sergipe.

FOTO 12



Foto 12 – As alunas fazendo a bandeira de Pirambu.

Os estudantes tiveram mais uma oportunidade de participar de uma aula passeio, que trouxe muitas informações de uma maneira dinâmica e significativa, pois vivenciaram e comprovaram as informações trazidas para sala de aula, através dos textos e dos livros. Os estudantes participaram de uma soltura de filhotes de tartarugas das espécies Oliva e Cabeçuda. O encontro, previamente agendado, foi na praia de Pirambu, lá estava os esperando o biólogo Roberto, funcionário do Projeto Tamar, para conversar a respeito das Tartarugas e fazer a soltura dos filhotes juntamente com os estudantes.

Um momento bastante enriquecedor, pois o biólogo trouxe informações que já haviam sido abordadas na música trabalhada anteriormente. Conversou sobre questões relacionadas ao horário da desova das tartarugas serem à noite, como fazem os ninhos, quantos ovos põem, quanto

tempo leva pra chocar os ovos, quantas sobrevivem após o nascimento, falou do retorno delas ao seu local de nascimento para desovar, informações preciosas e importantes que serão facilmente lembradas, pois a maneira que aprenderam foi bastante significativa.

Após essa conversa, bastante enriquecedora os alunos puderam tocar nos filhotes e acompanharam o biólogo até a beira mar, para assim vivenciar um belo momento, os filhotes “caminhando” até o mar e iniciando sua longa jornada pela sobrevivência.

FOTO 13



Foto 13 – O biólogo conversando com os alunos sobre a tartaruga.

FOTO 14



Foto 14 – Os alunos podendo tocar nos filhotes de tartaruga oliva.

FOTO 15



Foto 15 – Os filhotes de tartaruga oliva indo para mar.

No sétimo momento, ouviram novamente a música “Deixa a Tartaruga nadar”, para utilizar somente o refrão:

“Deixe a tartaruga nadar ou deixe a tartaruga ir pro mar. Apaguem as luzes desse lugar deixem a tartaruga desovar”. O intuito dessa atividade foi retomar todas as informações adquiridas no momento anterior, fazendo com que os estudantes reafirmassem o que compreenderam e entenderam durante a conversa do Biólogo. Foi feito um cartaz com as imagens (retiradas da internet) para demonstrar o ciclo de vida da tartaruga, organizando de acordo com a ordem cronológica dos momentos da fase de vida.

FOTO 16

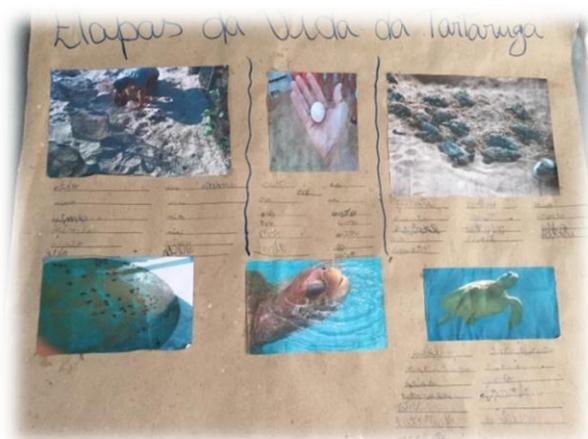


Foto 16 – Cartaz das fases da vida da Tartaruga.

Em seguida ouviram as seguintes cantigas de roda: Peixe Vivo, Foi o peixinho do mar, Camarão na areia e Caranguejo não é peixe, elas foram cantadas e relacionadas as questões referentes ao habitat, reprodução e características iguais as da tartaruga. Depois, destacaram-se as rimas presentes nessas cantigas, e fizeram um complemento do

texto com palavras ausentes, além de organizarem o texto fatiado.

Em roda, já no nono momento, retomou-se a questão do aniversário da cidade e levantaram-se os seguintes questionamentos: Quem sabia a origem do nome Pirambu? O que significava Pirambu? Para que os estudantes arriscassem uma resposta foram apresentadas algumas imagens de obras do artista sergipano José Fernandes. Esse artista retrata em algumas de suas obras peixes e pescadores. Dessa maneira foram inseridos alguns elementos que levassem os estudantes a obter uma resposta aos questionamentos feitos na roda.

No momento em que se apresentavam as imagens das obras era pedido para que cada estudante relatasse os personagens da obra, as cores utilizadas na pintura, a intenção do artista. Também era feito uma relação com o significado do nome da cidade com alguma das obras apresentadas. Até que alguns dos estudantes fizeram a associação das informações e descobriram que Pirambu é peixe, mas é feita uma explicação mais detalhada, esclarecendo que Pirambu é o nome de um peixe muito comum e encontrado na região, e bastante consumido pelos moradores locais, tem origem indígena, sendo escolhido pelos moradores da época para ser o nome da cidade. Para finalizar essas atividades foram feitas as releituras das obras do artista José Fernandes, cada aluno escolhendo a imagem de sua preferência.

FOTO 17



FOTO 18



Foto 17 e 18 – Os alunos apresentando e falando sobre algumas das obras de José Fernandes.

FOTO 19



Foto 19 – Cartaz com algumas imagens das obras de Jose Fernandez.

E encerrando as atividades desta SD foi apresentadas imagens (retiradas da internet) dos animais marinhos vistos nas visitas e nas aulas passeio que foram realizadas, com o objetivo de retomar, fixar e rever as informações adquiridas no decorrer das atividades para confecção de um álbum dos animais encontrados em Pirambu e povoados.

Em uma conversa com os estudantes registrar as informações passadas por eles e depois confeccionar o álbum com as imagens, as informações dos estudantes e as que foram retiradas de revistas e livros, elaborando dessa maneira um texto informativo, mas de forma coletiva e tendo como escriba a professora, pois o objetivo maior foi o da produção coletiva, o desenvolvimento da oralidade, da expressão das opiniões sem muita preocupação com o registro escrito e sim com o entendimento e a compreensão de tudo que foi visto, ouvido e ensinado nesses momentos proporcionados por esta SD desenvolvida no mês de

novembro, juntamente com as comemorações do aniversário da cidade de Pirambu.

CONCLUSÃO

Ao longo da Sequência Didática, percebeu-se que os estudantes inicialmente apresentaram dificuldades no momento das produções escritas e nos momentos das rodas de conversa ficavam mais integrados e interessados nas reflexões solicitadas nas rodas de conversa. Os estudantes de forma mais independente produziram por escrito algumas frases curtas e oralmente elaboraram e expuseram, com menos timidez, suas hipóteses e opiniões. Alguns estudantes deixaram de fazer algumas produções escritas, dando importância às atividades orais e as que o professor foi o escriba. Diante dessa situação algumas atividades passaram a ser executadas em duplas para envolver todos nesse processo de construção de conhecimento.

Em alguns momentos, no decorrer das atividades da SD, os estudantes recolheram o lixo que encontravam, com o intuito de limpar o ambiente apresentando, dessa maneira, uma iniciativa para preservar a natureza. Isto acabou demonstrando uma postura de envolvimento desses estudantes com o trabalho proposto.

Além disso, os estudantes conseguiram relacionar o estudo de Ciências Naturais com o de Português, de Ciências Humanas e Arte, percebendo que a partir de uma temática, e está sendo significativa para os estudantes os objetivos propostos pela sequência foram alcançados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental.
Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências naturais.
Brasília: MEC/SEF, 1997. 137 p.

ESTEBAN. Maria Teresa. **O que sabe quem erra?**
Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar. Rio de
Janeiro. DP&A, 2001.

SAMPAIO, Carmen Sanches. VENÂNCIO, Ana Paula.
**Práticas Alfabetizadoras: Oralidade e Escrita no
cotidiano escolar.** In: CARVALHO, José Ricardo.
ROMÃO, Eliana Sampaio. BRETAS, Silvana Aparecida.
(Org.). Alfabetização e Letramento: oralidade e escrita em
suas múltiplas dimensões. – São Cristovão: Editora UFS,
2014.

CAPÍTULO 2

O PAPEL DA ESCOLA COMO AGENTE FORMADOR DA CONSCIÊNCIA ACERCA DO MEIO AMBIENTE

Marcos Antonio Santos²

INTRODUÇÃO

A educação ambiental está presente na vida dos seres desde o início de sua existência na Terra, para sua sobrevivência era muito necessário o homem saber relacionar-se com o meio ambiente. Colocar a Educação Ambiental em diálogo como a construção da cidadania implica considerarmos os conhecimentos sobre meio ambiente como elementos que permitem compreender melhor a realidade em que estamos inseridos e a sociedade em que vivemos.

Na contemporaneidade, vivenciamos em uma crise ambiental e sociocultural sem precedentes na história da humanidade. Esse quadro de insustentabilidade tem sido apontado por muitos autores, como um desequilíbrio produzido pelo estilo de vida da sociedade moderna, que se procede do tipo de desenvolvimento econômico e do tipo de racionalidade envolvida, o individualismo. Daí a necessidade de outro estilo de vida, outra racionalidade-

² Especialista em Educação Ambiental pela Faculdade Atlântico Aracaju – SE e Graduado em Ciências Biológicas pela FFPP – AL.
E-mail: marbrunata@ig.com.br

holística e outra ética de respeito às diversidades biológica e cultural.

No ambiente urbano a população está cada vez mais envolvida com as novas tecnologias e com cenários urbanos, perdendo desta maneira a relação com a natureza, com a terra e suas culturas. Hoje, para muitos os cenários tipo grandes construções, passa a ser normais na vida dos jovens e os valores relacionados com a natureza e com o ambiente passam despercebidos, sem ponto de referência.

A palavra educação vem do verbo educare, que em latim significa criar (uma criança), nutrir, fazer, ou seja, trazer à luz a idéia. Hoje educar seria: “formar a inteligência, o coração e o espírito, desenvolver a eficiência e a beleza, ministrar a educação, instruir ou desenvolver as faculdades de” ou ainda” aclimar, plantar e cultivar empregando todos os recursos da arte e da experiência.”

É papel de a escola formar cidadãos, dar aos alunos os ensinamentos de que eles necessitam para viver e trabalhar neste mundo de evolução, bem como orientá-los para a vida, isso acontece, se a escola definir como meta, o trabalho crítico com os conteúdos a serem estudados pelos educadores. Através de um trabalho crítico e da busca pelos exercícios de cidadania, a escola deve mostrar às novas gerações a importância de cada indivíduo e seu papel na sociedade, enquanto cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. É preciso que a escola compreenda que também é seu papel, dar ao aluno condições para se inserir no meio social. É preciso atentar para a evolução do mundo e orientar o estudante para a vida.

Se a ciência perdeu suas certezas e suas capacidades/possibilidades de construir um mundo planejado sobre as bases de uma racionalidade científica e uma racionalização dos processos sociais, a educação deve preparar as novas gerações não somente para aceitar as incertezas; também deve preparar novas mentalidades capazes de compreender as complexas inter-relações entre os processos objetivos e subjetivos que constituem seu mundo de vida, para gerar habilidades inovadoras para a construção do inédito. Trata-se de uma educação que permita preparar para a construção de uma nova racionalidade; não para uma cultura de desesperança e alienação; ao contrário, para o processo de emancipação que permita novas formas de reapropriação do mundo. (LEFF, 2003, p. 59)

1 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As discussões sobre Educação Ambiental no mundo contemporâneo estão relacionadas às questões ambientais mais amplas, que tem feito parte das preocupações dos mais variados setores da sociedade. Apesar das diferentes abordagens com que tem tratadas essas questões, todas as discussões apontam para a necessidade de políticas pública de educação ambiental.

Por outro lado, emergem ilhas de felicidade por todos os santuários ecológicos do planeta, para desfrutar ricos. Por outro lado, e talvez em maior grau, surgem, da noite para o dia, extensos campos de exilados, ou de pessoas desencaxadas de seus contextos de segurança, cingindo as cidades de

barracos improvisados, erguidos em locais impróprios para habitação como encostas, charcos, mangues, marés, debaixo de viadutos e em edificações abandonadas ou em ruínas. (Nascimento, 2006, p. 49):

1.1 – A Trajetória da Educação Ambiental

Para compreendermos a trajetória da construção desse processo educativo, denominado Educação Ambiental, recorremos a alguns autores que se aprofundam nesse tema. É perceptível em seus escritos que discussões empreendidas fora do país, a exemplo das conferências internacionais, estão presentes no processo de definição da Educação Ambiental. Será então necessário um recuo no tempo.

Desde a Revolução Industrial, a atividade interventora e transformadora do homem em sua relação com a natureza vem tornando-se cada vez mais predatória. A década de 1960 pode ser considerada uma referência quanto à origem das preocupações com perdas da qualidade ambiental.

O ano de 1972 foi histórico para o movimento ambientalista mundial, quando as discussões sobre o tema culminaram na Primeira Conferência Mundial do Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia), convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o grande impacto causado pelo Relatório do Clube de Roma sobre o uso dos recursos naturais disponíveis no planeta. Nessa conferência, a educação dos indivíduos para o uso mais equilibrado dos recursos foi apontada como uma das estratégias para a solução dos problemas ambientais. A partir

desse primeiro passo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), assumiu a organização de discussões regionais e internacionais de educação ambiental, realizando, entre outros, construindo alguns documentos de grande importância para o equilíbrio ambiental.

“(...) a grande relevância de Tbilisi reside na ruptura das práticas ainda reduzidas ao sistema ecológico, por estarem demasiadamente implicados com uma educação meramente conservacionista. Então, fortemente atrelado aos aspectos político-econômicos e socioculturais, não mais permanecendo restrito ao aspecto biológico da questão ambiental, o documento de Tbilisi ultrapassa a concepção das práticas educativas que são descontextualizadas, ingênuas e simplistas, por buscarem apenas a incorporação do ensino sobre a estrutura e funcionamento dos sistemas ecológicos ameaçados pelo ser humano.” (LAYRARGUES, 2001, p. 132)

1.2 – A educação ambiental na escola

A Educação Ambiental foi um legado o mister de ser agente transformador da sociedade e, à escola, como instituição responsável pela formação de cidadãos, a incumbência de desenvolver dispositivo em função dos conhecimentos, os quais dão embasamento à formação das pessoas. Dentre todas as áreas da educação nenhuma tem uma convocação tão urgente, tão intensamente globalizadora quanto a Educação Ambiental.

As atividades de preservação e cuidados ecológicos devem ser cultivadas desde os primeiros anos escolares. A formação na infância é mais efetiva, pois as crianças ainda não possuem conceitos sobre o meio ambiente. Já os adultos, precisam deixar de lado certos conceitos para apropriar-se de uma nova consciência ecológica. A escola propagará valores e atitudes responsáveis, respeitando a diversidade ambiental.

A Educação Ambiental esta relacionada a um projeto mais amplo de educação para a cidadania. Este tipo de educação visa que o ser humano reveja seus pensamentos e comportamentos diante de seu modo de consumo, estimulando a reflexão sobre os valores individuais e coletivos.

Mais, para que surja uma nova cultura devem ocorrer algumas transformações profundas nas relações da sociedade com a natureza. Novos valores devem ser criados. E a política é fundamental nesse processo, pois pode propiciar a minimização das catástrofes ambientais.

“Refletir sobre a complexidade ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para o processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e participação, apoiado numa lógica que privilegia o dialogo e a interdependência de diferentes áreas do saber.” (JACOBI, Pedro 2003, p. 191)

1.3 – Os novos rumos da educação ambiental

A Educação Ambiental ainda se encontra densamente relacionada somente com a Ecologia. São trabalhos dentro da comunidade escolar, com conteúdos programáticos complicados de serem ministrados em sala de aula, demasiadamente “científicos” através das disciplinas. Exige a formação de gerações ambientalmente competentes, éticas, críticas, reflexivas, observadoras. Formação de gerações preparadas para questionarem, elegerem, conduzirem práticas solidárias e comprometidas com a qualidade de vida do planeta através da consciência ambiental, em todos os sentidos da palavra.

“A Educação Ambiental não se refere exclusivamente às relações vistas como naturais ou ecológicas, como se as sociais fossem a negação direta destas, recaindo no dualismo, mas sim a todas as relações que nos situam no planeta e que se dão em sociedade-dimensão inerente à nossa condição como espécie.” (LOUREIRO, op. Cit., p. 79)

Dentro da nova ordem mundial, o conceito educacional que se pretende desenvolver, propõe que a escola deva ter um perfil antes de tudo, moldado para um aprendizado cognitivo que enseje ações em prol do meio ambiente de forma individual e, simultaneamente, de forma coletiva, redimensionando a relação entre os atores sociais envolvidos na comunidade escolar, enfatizando fundamentalmente o papel do professor, que não obstante

seja coadjuvante neste inusitado conceito de escola/ensino/aprendizagem para a formação de o novo ser sócio ambiental para o século XXI, se torna a perfeita tradução do que indica Freire (1997, p.28): O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua submissão. [...] percebe-se assim a importância do papel do educador e a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar conteúdos, mais também ensinar a pensar certo. A formação de educadores, a necessidade e urgência que a envolve são fatores oriundos do imediatismo inexorável das soluções para as questões ambientais. Na nova ordem mundial faz-se necessidade uma formação para profissionais de educação que não seja meramente, transplantada dos procedimentos convencionais de aprendizagem, e que venha a transformar a educação ambiental de uma visão equivocada, e assim, transmitindo conhecimentos sem nexos.

2 – CONSTRUINDO UMA CIDADANIA CONSCIENTE

2.1 – Escola e cidadania

O sistema educacional tem vivenciado conflitos que expressam as transformações sociais e as exigências para a formação das futuras gerações, em que o acesso a informação, a nova constituição social e familiar e o mercado econômico são apenas algumas das características da sociedade do século XXI, que afetam diretamente a educação e, conseqüentemente, a escola, seus professores e alunos.

“(...) estamos começando a entender que vivemos um período da história da Terra extremamente turbulento, uma época em que há violentos processos de mudanças que desafiam em todos os planos imagináveis. A responsabilidade dos seres humanos hoje em dia é de estar totalmente envolvidos por essa transformação incrível e ter influência na direção que ela vai tomar.”
(O’SULLIVAN, 2004, p. 33)

Em tempos atuais há urgência na conscientização da população quanto aos danos sofridos pela natureza.

Toda estrutura de uma sociedade depende da natureza e o homem moderno tem consciência disso, apesar das suas ações não condizerem com seus conhecimentos. Para que essa conscientização ocorra é preciso uma melhor integração sociedade-natureza e a escola é um dos espaços mais propício para que essa integração aconteça. Não sendo é claro o único local responsável por essa conscientização.

Quando falamos em educação, vem sempre a idéia de que o único lugar para se educar é a escola. Sabe-se que a educação se faz também em casa e no convívio social. Ou seja, a educação pode acontecer em espaços formais e informais.

Cada cultura possui diferentes maneiras de tratar com a natureza. O meio sociocultural/econômico em que a pessoa vive influencia drasticamente em suas atitudes sobre o meio ambiente. Com inúmeras maneiras de tratá-lo, para minimizar ação destrutiva do homem acaba surgindo um novo perfil do profissional: o educador ambiental. Este educador está em diversos ambientes, conduzindo e

estimulando ações efetivas com vista de melhorar o seu entorno.

Para a transformação da escola perpassa pela concepção que cada professor tem da mesma. Hoje está evidentemente impregnada pelo choque com a velocidade com que as mudanças acontecem, principalmente com a oportunidade de acesso ao conhecimento através da informática, coloca em dúvida o papel da escola e do professor.

É uma crise que atinge diretamente a escola que é obrigada a repensar seu papel diante de um novo modelo de sociedade, pois conforme Bazzara (2006, p. 40) “os desafios intelectuais e éticos com os quais o século XXI avança, mostram uma escola muito apagada a certa forma de ensinar que já não lhes interessa. Que não corresponde e que nos obriga a buscar certas respostas.

2.2 – Relação: professor/aluno/conhecimento

Aos educadores cabe a responsabilidade de acordar o aluno para o bom senso de descobrir dentro de si a autoconfiança e potencialidade para o exercício de sua cidadania, desencadeando posturas e atuações mediante as dificuldades socioambientais. Os ensinamentos e práticas pedagógicas para os novos paradigmas da educação exigem conhecimentos metodológicos específicos, bem como novas relações com os conteúdos holísticos.

A educação ambiental é originária de se contestar a crise da educação. É inquestionável que, algo está fora de ordem no processo de formação dos cidadãos. Como formar

cidadãos atuantes e que façam valer direitos? Como educar para se ter audácia de dar um basta aos processos que afloram e degradam a natureza e que super dimensionam a desigualdade entre os atores sociais? E por outro lado: como capacitar um professor para assumir essa postura? Algumas ações têm sido inseridas na formação de multiplicadores em educação ambiental, porém, inúmera experiência vivenciada atestou-se a necessidade de investimentos estimáveis e de peso por parte de poderes públicos, no contexto socioambiental e seus gravíssimos problemas.

A inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares, as práticas pedagógicas correspondentes, vêm esbarrando na falta de identificação de conteúdos apropriados, estratégias educacionais mais dinâmicas, interessante. Vêm sendo estranguladas pelas classes multisseriadas; pelos enormes abismos que separa o interesse do professor pela introdução de práticas pedagógicas correlatas com o meio ambiente; enfim, inviabilizadas pelas salas de aulas sem carteiras, sem paredes, sem portas, sem quadro negro..., questões anatematizadas da própria educação brasileira.

“Os professores tem que acreditar nos alunos. Nestes e não em outros (aqueles que formam ou aqueles que tiveram...). Alunos do século XXI a quem nos coube educar com seus defeitos e suas virtudes,... deixando florescer cada vez mais a humanidade de cada um (BAZARRA, 2006, p. 147)

CONCLUSÃO

A problemática ambiental tem se apresentado na maioria das vezes, apenas como conceito amplo e generalizado, como se fosse algo externo a todos e, nesse sentido, não são suficientemente enfocadas no contexto Educação Ambiental. Fato este que gera grande entrave ao desenvolvimento do tema, pois a realidade local também é produto do processo civilizatório de extrema importância e também envolve as interações locais entre a sociedade e a natureza. Portanto é necessário observar que o problema ambiental não é algo distante de nós, nem tão pouco novo e que não afeta somente apenas aos micro organismos, vegetais e animais selvagens, e sim, atinge drasticamente o homem, pois ele faz parte do ambiente.

A crença na educação e no seu poder de transformação social, para que se possa alcançar um mundo justo, humano é necessário utilizar um caráter reprodutor da escola e da sociedade no contexto ambiental.

Portanto, necessitamos de novos processos educativos, apropriados a esse momento de reconstrução paradigmática e sociocultural da sustentabilidade, visto que, para uma sociedade desenvolver-se é necessário da formação e ação cidadã, para o desenvolvimento consciente crítico e emancipador dentro do contexto ambiental.

(...) quando se busca alternativas para o futuro, não há outra saída a não ser relembrar o passado que, embora seja objeto de interpretação pessoal, em parte podemos afirmar que é um fato constatável, sobretudo nos aspectos que continuam vigentes e que

se podem recuperar modificar ou refutar (IMBERNÓN, 2000, prelo).

As escolas por sua vez ainda não incorporaram a Educação Ambiental em sua prática cotidiana. Há apenas, temas pontuais trabalhados isoladamente no ano, e isolados da realidade da comunidade e da própria escola. A formação da consciência ambiental dos alunos e, no desenvolvimento da sua cidadania, através da transformação dos próprios paradigmas e conceitos, de uma escola formadora e transformadora, onde os conceitos se desenvolveram através do trabalho escolar. Nesse sentido, ressalta-se que, cada vez mais, é de caráter fundamental proporcionar aos educadores condições adequadas para que sejam produzidos e explorados conteúdos e atividades de educação para a Educação Ambiental. Sendo assim, é preciso lembrar que as abordagens educacionais devem conduzir à prática que incentivem o debate a construção do conhecimento e a reflexão sobre as questões ambientais, possibilitando um desenvolvimento claro dos conceitos de conscientização e da cidadania.

REFERÊNCIAS

BAZARRA, L. Ser Professor e Dirigir Professores em tempo de Mudanças. São Paulo: Paulinas, 2006.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática pedagógica. 25. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002;

GADOTTI, M. Educação para o desenvolvimento sustentável: o que precisamos aprender para salvar o planeta. Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 16. N. 28, p. 69 – 90, jul./dez. 2007.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. In: Identidades da educação ambiental brasileira/Ministério de Meio Ambiente. Diretoria de Educação Pomier Layrargues (Coord.) Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

IBAMA. Diretrizes para operacionalização do Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília: Edição 1995

IBERNÓN, F. (org). A Educação no Século XXI: desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artmed, 2000.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/2003

LAYRARGUES, P. P. A crise ambiental e suas implicações na educação; In: Quintas, J. S. (Org). Pensando e praticando educação ambiental na gestão do meio ambiente. 2ª ed. Brasília: Edições IBAMA, 2002;

LEFF, E. Complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003;

LIBÂNEO, J. Adeus Professor, Adeus? Novas exigências profissionais e profissão docente. São Paulo: Cortez. 2003.

LIMA, G. F. da C. Educação Emanicipadora e sustentabilidade: Em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: Identidades da educação ambiental brasileira/Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (Coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e conselho em unidade conservação: aspectos teóricos e metodológicos / Carlos Frederico B. Loureiro, Marcos Azaziel, Nahyda Franca. – Ibase: Instituto TerrAzul: Parque Nacional da Tijuca, 2007;

NASCIMENTO, R. de F. Contemporaneidade: educação, etnocentrismo e diversidade. In: JR; HETKOWSKI (Orgs.). Educação e contemporaneidade: desafios para pesquisa e a pós-graduação. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

OLIVEIRA, F. de P. de M. de; GUIMARÃES, F. R.
Direito, meio ambiente e cidadania: uma abordagem
interdisciplinar. São Paulo: Medras, 2004.

O’SULLIVAN, E. Aprendizagem Transformadora: uma
visão educacional para o século XXI. São Paulo: Cortez:
Instituto Paulo Freire, 2004.

REIGOTA, M. O que é educação ambiental. São Paulo:
Brasiliense, 2006.

SANTOS, M. Por outra globalização: do pensamento
único à consciência universal. 6 ed. Rio de Janeiro: Record,
2001.

CAPÍTULO 3

O IMPACTO DAS PESQUISAS SOBRE O LETRAMENTO PARA AS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO INFANTIL³

Maria Adriana dos Santos Oliveira⁴

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade formada na sua grande maioria por semi-analfabetos e apontada por reduzidas práticas de leitura e escrita, o simples acordo fonológico que consentia aos sujeitos integrar sons e letras para produzir/decodificar palavras, parecia ser satisfatório para distinguir o analfabeto do alfabetizado.

Com o passar do tempo, o analfabetismo em larga escala foi sendo superado e a crescente complexidade de nossa vida social faz aparecer extensos e mais variados métodos de emprego da língua escrita. Tão intensos são os

³ Trabalho orientado pelo tutor Lenaldo da Silva e apresentado à Universidad Autónoma Del Sur - UNASUR, parceira da Central de Ensino e Aprendizado de Alagoas - CEAP, como pré-requisito de avaliação da disciplina Educação e Letramento.

⁴ Mestranda em Educação e suas Tecnologias - UNASUR, Graduada em História pela Faculdade de Formação de Professores de Penedo-AL/FFPP-2005, Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade São Luis de França/Aracaju/SE-2007. E-mail: adriananeto97@hotmail.com

apelos que o universo letrado preenche sobre os indivíduos que já não lhes satisfaz a habilidade de esboçar letras ou decodificar o código da leitura.

Adotando o mesmo fluxo dos países desenvolvidos, na última metade do século XX estabeleceu a basicamente todos os povos a cobrança da língua escrita não mais como alvo de conhecimento tolerável, porém como exata condição para a sobrevivência e a aquisição de uma vida cidadã.

Atualmente, tão significativa quanto reconhecer o funcionamento do código de escrita é poder se envolver em exercícios sociais letrados, contrapondo aos forçosos apelos de uma tradição grafocêntrica.

Com a mesma ansiedade em individualizar as práticas escolares de instrução da língua escrita e a grandeza social das múltiplas manifestações escritas em cada grupo social, (Soares) define o letramento como

O surgimento do termo *literacy* (cujo significado é o mesmo que *alfabetismo*), nessa época, representou, certamente, uma mudança histórica nas práticas sociais: novas demandas sociais pelo uso da leitura e da escrita exigiram uma nova palavra para designá-las. Ou seja: uma nova realidade social trouxe a necessidade de uma nova palavra (SOARES, 2006, p.29).

E conclui,

[...] o letramento é, sem dúvida alguma, pelo menos nas modernas sociedades industrializadas, um direito humano absoluto, independentemente das condições econômicas e sociais em que um dado grupo

humano esteja inserido; dados sobre letramento representam, assim, o grau em que esse direito está distribuído entre a população e foi efetivamente alcançado por ela. (SOARES, 2005, p. 120)

Mais do que mostrar a conceituação de letramento, Soares aprecia a força qualitativa que este conjunto de práticas sociais importa para o indivíduo, excedendo o volume técnico e instrumental do legítimo domínio do código de escrita.

Ao consentir que o sujeito decodifique, divirta-se, atraia, seja sistemático, afronte, induza, guarde, informe-se, guie-se, reivindique, e aprove o seu conhecimento, o eficaz emprego da escrita garante-lhe uma condição individualizada na sua relação com a opinião do mundo, uma situação não essencialmente conquistada por aquele que somente domina o sistema (Soares, 2005).

Por essa razão, aprender a ler e a escrever sugere não somente o conhecimento das letras e do jeito de interpretá-las, todavia a possibilidade de aproveitar esse conhecimento em benefício de maneiras de expressar e comunicar, distinguidas, indispensáveis e autênticas em um dado contexto cultural. Em detrimento disso, e ainda sobre as utilizações da tradução de *literacy*, Maria do Rosário Mortatti (2004, pag. 48), na obra “*Educação e letramento*”, comenta:

Em síntese, no Brasil, atualmente: “letramento” é a palavra mais recorrente utilizada na maioria dos textos acadêmicos sobre o tema e se encontra também no dicionário geral mais recente e nos

dicionários técnicos de lingüística abordados; “alfabetismo” (considerada mais “vernáculo”) é utilizado em alguns textos acadêmicos, [...] sendo, por vezes, apresentado juntamente com “letramento” e encontrando-se também nos três dicionários gerais; e “lectoescrita” é o termo que figura no dicionário técnico de alfabetização abordado, em sentido que se quer semelhante ao de “letramento” e “alfabetismo”, porém, [...] “lectoescrita” é mais recorrentemente utilizado em sentido relativamente diferente, nas propostas e práticas alfabetizadoras decorrentes do pensamento de Emilia Ferreiro.

1. O DESAFIO DA PRÁTICA DA LEITURA, DA INTERPRETAÇÃO E DA ESCRITA

Partindo do entendimento da língua escrita como sistema formal (de leis, acordos e regras de funcionamento) que se regulariza pela possibilidade de utilização concreta nas mais distintas circunstâncias e para diferentes finalidades, somos impelidos a aceitar o paradoxo intrínseco à própria língua: de um lado, uma composição satisfatoriamente abotoada que não aceita violações sob pena de perder a dúplice qualidade de ser inteligível e comunicacional; por outro, um canal suficientemente acessível que admite expor tudo, isto é, um sistema permanente e com disponibilidade à capacidade humana de criação.

Como harmonizar esses dois parâmetros da língua em um exclusivo aparelho de ensino? Na crítica desse

questionamento, dois encontros merecem ênfase: o conceitual e o ideológico.

1.1. O encontro conceitual

Tendo em vista a dependência mútua na relação alfabetização e letramento, mas que incontestavelmente se completam, alguns autores contrapõe a separação de ambos os conceitos, protegendo um exclusivo e indissolúvel método de aprendizagem. Em uma compreensão progressista sobre alfabetização, idealizada em aversão às práticas clássicas, e a partir das investigações psicogenéticas da década de 80, o processo de alfabetização agrega o conhecimento do letramento, e este não passa de um pleonasma em detrimento de como às práticas da língua escrita já são idealizadas.

Vestindo os dois extremos como evidências trágicas ao aprendizado da língua escrita, dando prioridade ao aprendizado do sistema ou privilegiando exclusivamente os aprendizados sociais de justaposição do educando com os textos, é que Soares defende a aproximação e o equilíbrio entre as duas vertentes, e desperta a atenção para a importância da separação somente terminológica:

As atividades de alfabetização e letramento devem desenvolver-se de forma integrada. Caso sejam desenvolvidas de forma dissociada, a criança certamente terá uma visão parcial e, portanto, distorcida do mundo da escrita. A base será sempre o letramento, já que leitura e escrita são, fundamentalmente, meios de comunicação e

interação, enquanto a alfabetização deve ser vista pela criança como instrumento, para que possa envolver-se nas práticas e usos da língua escrita. Assim, a história lida pode gerar várias atividades de escrita, como pode provocar uma curiosidade que leve à busca de informações em outras fontes; frases ou palavras da história podem vir a ser objeto de atividades de alfabetização; poemas podem levar à consciência de rimas e aliterações. O essencial é que as crianças estejam imersas em um contexto letrado - o que é uma outra designação, que também se costuma chamar de ambiente alfabetizador - e que nesse contexto sejam aproveitadas, de maneira planejada e sistemática, todas as oportunidades para dar continuidade aos processos de alfabetização e letramento que elas já vinham vivenciando antes de chegar à instituição de educação infantil. (SOARES, 2006).

De tal modo como a autora, é necessário reconhecer o merecimento teórico e conceitual de ambas as terminologias. Delimitando o movimento oscilatório das propostas, a concepção que hoje em dia encerramos do fenômeno do letramento dá-se tanto para suprimir terminantemente as práticas automáticas e reflexas de ensino mecânico, como para se reconsiderar as especificidades da alfabetização. Na ambivalência dessa combustão de conceitos, localiza-se o desafio dos professores em relação ao ensino da língua: chamamos de alfabetizar letrando.

1.2. O encontro ideológico

Mais austero do que o choque conceitual, a oposição entre os dois padrões expostos por Street (2010) concebe um posicionamento prontamente distinto, tanto no que diz respeito às compreensões subentendidas ou declaradamente assumidas quanto no que versa nas práticas pedagógicas por elas amparadas.

O “Exemplo Independente”, dominante em nossa sociedade, parte da prerrogativa de que, involuntariamente do contexto de produção, a língua tem um contexto autônomo (consequência de uma dialética própria) que só pode ser abrangida por um método singular, normalmente agregado ao progresso e desenvolvimento, próprios de sociedades mais civilizadas.

Em contrapartida, o Modelo Ideológico permite a multiplicidade das práticas letradas, dando valor a sua definição cultural e conjuntura de produção. Desfazendo categoricamente com a visão de separação entre o tempo de aprender e a ocasião de usar a aprendizagem, os estudos linguísticos sugerem a articulação enérgica e plausível entre redescobrir a escrita (conhecimento de seus papéis e maneiras de manifestação), estudar a escrita (abrangência das normas e maneiras de funcionamento) e aproveitar a escrita (produção de seus aprendizados a partir de uma referência culturalmente expressiva para o indivíduo).

2. QUAL O SENTIDO DO APRENDER A LER E A ESCREVER

Ao tolerar que os indivíduos desenvolvam os hábitos de leitura e escrita e acatem as solicitações da cultura grafocêntrica, podendo colocar-se reflexivamente na vida social, o aprendizado da língua escrita abandona a abordagem essencialmente pedagógica para lançar-se no domínio político, notadamente pelo que importa o investimento no desenvolvimento cidadão. Nas palavras de Leda Verdiani Tfouni,

A ênfase do letramento é sempre colocada nas práticas, habilidades e conhecimentos voltados sempre para a codificação ou decodificação de textos escritos (TFOUNI, 2006).

Retomando a tese defendida por Paulo Freire, os estudos sobre o letramento reconfiguraram o sentido político de uma grande conquista – a alfabetização – que não fundamentalmente se põe aos préstimos da libertação do homem. É o oposto disso, a história da educação no Brasil, aos moldes de ocasionais boas intenções e das “famas de nobreza”, tem deixado indícios de um indicador sempre inadmissível de analfabetismo, piorado pelo panorama nacional de execrável letramento.

3. AS CAUSAS PELAS QUAIS TANTOS NÃO CONSEGUEM APRENDER A LER E A ESCREVER

Muitas crianças e jovens não conseguem ler e a escrever, qual a razão? Por que é tão complicado agregar-se de modo adequado nos métodos sócio-culturais de leitura e escrita?

Se rejeitássemos os esclarecimentos mais simples (verdadeiras lendas da educação) que apontam o educando pelo fracasso escolar; se aceitássemos que os conhecidos “problemas no aprendizado” se esclarecem muito mais pelas afinidades constituídas na dinâmica da vida escolar; se a missão do ensino pudesse ser encarada a partir da obrigação de envolver o aluno para com ele constituir uma relação de diálogo mútuo, expressiva e compromissada com a formação do conhecimento; se as práticas pedagógicas pudessem converter os empreendimentos puramente instrucionais em operações sócio-educativas; quem sabe fosse imaginável compreender melhor o sentido e o real alcance da não aprendizagem e do panorama indicativo de analfabetos no Brasil.

Nessa direção, os estudos sobre o letramento se oferecem ao embasamento de pelo menos 03 proposições não excludentes para elucidar o fracasso na aprendizagem da língua escrita. No mesmo tocante de alegação dos educadores que comprovaram as implicações do “currículo escondido” nos saldos escolares de diversos segmentos sociais, é necessário considerar, como marco inicial, que as técnicas letradas de distintas comunidades (e, por conseguinte, as vivências de diferentes alunos) são quase

sempre distantes do aspecto que a escola habitua oferecer à escrita (o letramento caracteristicamente do meio escolar).

Na sequência, é conciso considerar a reação do educando em razão da proposta pedagógica, muitas vezes imperiosa, camuflada e pouco expressiva. Na dificuldade de guerrear com a dialética do “aprenda inicialmente para em seguida saber para que convém”, muitos alunos se mostram pouco convictos a movimentar os seus ânimos cognitivos em função do aprender a ler e a escrever.

Essa peculiar atitude de resistência a artificialidade pedagógica em uma conjuntura de falta de harmonia entre educandos e educadores parece presente na reivindicação da protagonista Mafalda:

Com frequência, em seus quadrinhos, a personagem Mafalda se apropria de algumas temáticas presentes nesse período de produção (especificamente nas décadas de 60 e 70), como o papel da mulher naquela sociedade, os conflitos entre as nações, a pobreza, o mau desempenho dos governos que acarretava prejuízos na economia e na política das nações, a dominação dos Estados Unidos através dos empréstimos do FMI, o descaso com a qualidade na educação, entre outros temas (ARAÚJO, p.3, 2003).

Com sarcasmo e senso de humor, a citação acima ilustra o fato bastante comum de adolescentes inteligentes que aprenderam como se comportar com tantas circunstâncias complexas da vida (conquista da linguagem, ligações com dinheiro, jogos eletrônicos, tarefas profissionais, regulamentos e práticas esportivas dentre

outras), no entanto não conseguem dispor dessa reconhecida potencialidade para ultrapassar a classe de analfabetismo e escasso letramento.

Por fim, ao reconsiderar os princípios do Padrão Ideológico de letramento, precisamos aceitar que o processo de obtenção da língua escrita está intensamente ligado a uma nova categoria cognitiva e sócio-cultural; o medo de perder suas origens, sua história e referências; o receio de agitar a prioridade até então outorgada ao dom oral (a mais simbólica forma de comunicação e expressão), o temor de trair seus semelhantes com o acesso no universo letrado e a incerteza na aquisição da nova identidade, como criança destacada e bem-sucedida ou como indivíduo alfabetizado em uma sociedade grafocêntrica potencialmente competidora. Sobre essa questão, Brian Street nos ampara,

[...] o letramento varia nas diferentes culturas, nos diferentes espaços dentro de uma cultura, nas distintas instituições e contextos. Você pode escolher um tipo de letramento para atender a um objetivo, mas não significa que pode transferir esse tipo de letramento para outro contexto. Se você coloca um texto para alguém ler, talvez a pessoa pronuncie algumas palavras, ou entenda a ortografia, ou os significados, as interações sociais, as relações. Adquirir letramento no colégio não significa saber lidar com o letramento na Universidade. Adquirir um letramento associado à Geografia não significa poder usar esse letramento na Engenharia. Os alunos, particularmente aqueles de cursos multidisciplinares, lutam muito, pois os professores dizem: “Se você não consegue

ler direito, vá consertar isso. Eu ensino Geografia, eu ensino Engenharia, eu não tenho que ensinar letramento.” É o “Letramento”, com L maiúsculo. (STREET, 2010)

Na prática, o pouco-caso das acepções subentendidas do processo de alfabetização, o extenso e complicado caminho que o indivíduo pouco letrado tem a traçar, a sua reação em comparação com os artificialismos das práticas pedagógicas e a negativa do universo letrado, finda por excluir o aluno da escola, uma sina desumana, porém evitável se o educador souber formar em sala de aula um intercâmbio capaz de interceder nos conflitos, negociar sentidos e estabelecer novos contextos de inclusão sócio-cultural.

CONCLUSÃO

Apesar do termo “letramento” nos direcione para uma grandeza complexa e pluralista das práticas sócio-culturais de utilização da escrita, a ansiedade de uma mera realidade, seja ela de uma aliança social qualquer, ou de uma área específica de saberes, ou técnica profissional, determinou o surgimento de numerosos estudos a respeito de suas qualidades específicas. É por essa razão, nos corredores educacionais e acadêmicos, assistimos aparecer a citação sempre no plural: “letramentos”.

Ainda que, cruzando pela ousadia da discordância terminológica, embolsamos a possibilidade de reconsiderar o traspasse do ser humano na heterogeneidade dos

“universos letrados”, cada um deles caracterizado pela especificidade de um mundo próprio.

Desta maneira, é imaginável afrontar distintas realidades, como por exemplo o “letramento na sociedade” com o “letramento na escola”; avaliar peculiaridades culturais, ou além disso abranger as cobranças de aprendizagem em uma determinada área, como é o caso do “letramento tecno-científico”, “letramento artístico”.

O ajuntamento com as especificidades admite não somente verificar a identidade de um grupo ou área em especial (suas precisões, simbologias, dificuldades, estilos de valorização da escrita), como ainda convencionar instruções de ingerência pedagógica, analisando suas decorrências. No campo de programas de alfabetização, a relevância de tais pesquisas é deste modo protegida por Kleiman:

Se por meio das grandes pesquisas quantitativas, podemos conhecer onde e quando intervir em nível global, os estudos acadêmicos qualitativos, geralmente de tipo etnográfico, permitem conhecer as perspectivas específicas dos usuários e os contextos de uso e apropriação da escrita, permitindo, portanto, avaliar o impacto das intervenções e até, de forma semelhante à das macro análises, procurar tendências gerais capazes de subsidiar as políticas de implementação de programas. (2005, p. 69)

Sem a ambição de afadigar o conteúdo do artigo, a resumida análise do ímpeto e reforço dos estudos sobre letramento aqui expressa assinala para a imperatividade de aproximar, na área educacional, teoria e prática. Na

intercessão entre pontos de vista, sugestões pedagógicas, reedição de metas e panoramas referenciais, pressuposições explicativas e probabilidades de novas investigações, quem sabe possamos descobrir contribuições e novas rotas para as mudanças necessárias que a sociedade leitora tanto clama, um quadro social politicamente inadmissível e, pedagogicamente, aquém de nossos anseios.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. C. **A questão do gênero nas histórias em Quadrinhos de Mafalda (Quino)**. In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, Belo Horizonte. Anais: UFMG, 2003.

KLEIMAN, Angela B. **Linguagem e letramento em foco**, 2005.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Editora Autêntica, 2005.

_____. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto. 2006.

STREET, B. **Os novos estudos sobre o letramento: histórico e perspectivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. **Letramento e alfabetização**. Revista Brasileira de Educação, nº 25, 2004, pag. 18 a 25.
Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf
Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. 8ª ed. Editora Cortez, 2006.

CAPÍTULO 4

A MONOPARENTALIDADE FEMININA: A DIFÍCIL TAREFA DE CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS FRENTE A EXPLORAÇÃO SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA.

*Maria Silvia Nascimento*⁵

INTRODUÇÃO

Na atualidade diante de tantos problemas vivenciados pelos brasileiros, crise econômica, crise política, crise moral, crise na segurança, enfim, têm preocupado muito as famílias e a sociedade como um todo – o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusive em alguns casos com requinte de crueldade. Portanto, este tema tem promovido uma comoção social em todos, tendo em vista que os fatos mais recentes ganharam maior repercussão devido ao sentimento de repulsa e a percepção de que vêm aumentando os registros desse tipo de violência no Brasil.

O abordado nos leva a questionar o fato do país já possuir uma legislação capaz de coibir tais atrocidades, a exemplo da Constituição Federal/1988 e o Estatuto da

⁵ Bacharel em Direito pela Faculdade FASE/SE; Especialista em Gestão Hospitalar pela Faculdade FASE/SE; Especialista em Direito Previdenciário pela Faculdade Damásio de Jesus/SP; Mestra em Educação pela Universidad Interamericana do Paraguai. E-mail: msilvia_adv@hotmail.com

Criança e Adolescente/ECA, aprovado em 1990, assegurando o respeito à integridade física, psicológica e moral, mas que infelizmente não tem evoluído em termos de segurança para os jovens, pais e a sociedade.

No contexto, encontra-se com maior grau de vulnerabilidade a família monoparental feminina, aquela composta pela mãe e sua prole, sendo a mulher mãe solteira ou separada que, por vontade própria ou falta de oportunidade, não mais constituiu união estável. Salienta-se, que esta constituição familiar tem crescido em números no país.

As mulheres têm assumido em maior número a chefia de famílias, responsabilizando-se pelo domicílio, manutenção, proteção, subsistência e educação de sua prole, além do provimento dos aspectos emocionais correlacionados ao crescimento e desenvolvimento da instituição familiar.

Não sendo possível arcar com tamanha responsabilidade, sozinha, pois as condições socioeconômicas não favorecem as mulheres com as suas múltiplas tarefas ainda enfrentam entraves não somente com o desenvolvimento de seus filhos, mas, como ventilado anteriormente, com as possibilidades de que crianças e adolescentes venham a sofrer abusos e/ou exploração sexual. Esses fatores de risco e sem a devida proteção às famílias monoparentais femininas cujo Estado contribui para a manutenção de desigualdades, preconceitos e exclusão dessa população, desses grupamentos, em face da superação das condições estereotipadas e deterministas dos macrossistemas

que acarretam as dificuldades das possibilidades de resgate e fortalecimento das dimensões sadias dessas famílias.

Neste sentido, considerar pobreza e famílias/comunidades de baixa renda como grupamentos que sofrem inúmeras pressões e opressões é um fator contextual da realidade brasileira. Todavia, a pobreza não é o único fator de risco. Pois, ao considerá-la como o único fator, pode-se cair em “concepções ideológicas arraigadas de que os muitos déficits sociais e sanitários seriam determinantes para condenar populações inteiras a uma subalternidade irrevogável” (JUNQUEIRA; DESLANDES, 2003, p. 232).

A temática abordada motivou a realização do estudo que objetivou analisar como a monoparentalidade feminina enfrenta a difícil tarefa de consolidação dos direitos humanos frente a exploração sexual de adolescentes. Assim, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa, revisando a literatura pertinente à temática, principalmente em materiais virtuais encontrados na Internet. Portanto, não é um estudo original, mas uma reflexão sobre o objeto do estudo, na tentativa de desvendar, a partir dos trabalhos referenciados, como a mulher monoparental consegue aliar as dificuldades com a garantia dos direitos humanos para seus filhos livrando-os da exploração sexual, cujos pilares que sustentam as redes de exploração sexual são: a oferta (fruto da vulnerabilidade sócio-econômica e psicológica da vítima) e a demanda (o cliente, aquele que se beneficia pela impunidade e até mesmo por uma cultura machista). (CAMPOS, 2009)

Enquanto método utilizou-se do dialético por possibilitar a percepção das contradições inerentes ao

assunto, tendo em vista que por um lado tem-se os direitos humanos protetores de crianças e adolescentes e uma legislação também protetiva, no entanto, o Estado ausente em relação a suas políticas públicas sociais tem contribuído para um descaso frente à problemática; no procedimento o histórico e o comparativo foram privilegiados.

1. MONOPARENTALIDADE FEMININA

A família tem papel importante na sociedade, uma vez que ela é responsável por proporcionar aos indivíduos os aportes necessários para o desenvolvimento de comportamentos socialmente aceitos. Neste sentido, o contexto familiar é de fundamental importância para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, uma vez que as relações estabelecidas neste ambiente são determinantes de comportamentos sociais.

A família, portanto, é considerada o núcleo de origem da sociedade, desde sua forma mais primitiva, até a configuração que possui atualmente. É, pois, um fato cultural, responsável por grandes mudanças sociais, antecedendo as normas jurídicas e o próprio Direito.

A família é a base da sociedade e é a principal responsável para transmitir cultura, valores, compreensão, amor entre seus membros e para um desenvolvimento saudável para os filhos em nível psicológico, emocional e comportamental.

No entanto, a literatura contemporânea pontua que a atual família tradicional, formada por um pai, uma mãe e seu(s) filho(s), todos residentes em um mesmo domicílio,

vêm dividindo espaço com outros grupos que convivem debaixo do mesmo teto, sob as mais diferentes configurações e transformações, cuja movimentação está sujeita a determinações de cunho econômico, social, cultural e histórico; as mudanças pela qual passa essa instituição acabam por reorganizar as relações que ocorrem em seu âmbito, seja entre os demais parentes ou qualquer outro membro, além das demais instituições da sociedade, como a escola (PIERPAOLO, 2008).

Tendo em vista as mudanças nos modos de organização das famílias brasileiras e a crescente proporção de mulheres ocupando a posição de responsável pelo grupo familiar, buscou-se neste estudo, também, compreender as vivências subjetivas das mulheres-mães no contexto de uma dessas configurações da atualidade conhecida como família monoparental.

Essa configuração foi reconhecida como família na Constituição Federal Brasileira de 1988. Na Carta Magna, a família monoparental recebe o estatuto de entidade familiar, sendo ali conceituada como a “comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 1988, p. 133). Assim, entendendo, buscou-se direcionar para a monoparentalidade feminina, frente a difícil tarefa de consolidação dos direitos humanos em relação à exploração sexual de seus filhos na adolescência.

Entende-se por Família Monoparental Feminina ao contexto em que a família é formada pela mulher, mãe e seus filhos, sendo ela a responsável pelo sustento dos mesmos, pela educação e demais aspectos que envolvem a formação de crianças e adolescentes.

Segundo Vitale (2002) citado por Brito (2008, p.2),

A expressão famílias monoparentais foi utilizada, segundo Nadine Lefaucher, na França, desde a metade dos anos setenta, para designar as unidades domésticas em que as pessoas vivem sem cônjuge, com um ou vários filhos com menos de 25 anos e solteiros. (VITALE, 2002 *apud* BRITO, 2008, p. 2)

Ainda de acordo com Brito (2008) citando Barroso & Bruschini (1981) apontam que, embora já houvesse no país um contingente expressivo de famílias chefiadas por mulheres, é a partir dos anos 1970 que elas passam a ter visibilidade e conquistam um lugar entre as pesquisas sociológicas.

Segundo Correa (2002) as famílias que possuem um só cônjuge e sua prole, são denominadas de famílias monoparentais. Para ele, nos anos de 1970 ocorria uma forte incidência do modelo de família monoparental ainda que houvesse o predomínio da família tradicional. Este entendimento é reforçado no parágrafo 4º, do art. 226, da CF, no qual “entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”, não havendo mais a necessidade de se constar um casal com filhos para que seja configurada família (BRASIL, 1988, art. 226, § 4º).

A monoparentaridade é reconhecida e aceita entre as nações do mundo ocidental, tida como uma comunidade estabelecida por qualquer um dos genitores e sua prole, ou seja, a família monoparental é aquela que se forma por

apenas um pai ou uma mãe e seus filhos, sob um mesmo teto. As famílias monoparentais se formam por desejo do genitor ou por condições alheias a sua vontade; pode se originar ainda em consequência do rompimento de uma família nuclear ou da organização não convencional da instituição familiar.

Na pesquisa do censo de 2010 realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), alguns dados se destacam em relação às novas configurações da família brasileira, mostrando, que o clássico modelo de família (pai, mãe e filhos) representa 49,9% dos domicílios no país, enquanto outros formatos somam 50,1% do total pesquisado; as famílias homoafetivas já somam 60 mil, sendo 53,8% delas formada por mulheres. Mulheres que vivem sozinhas são 3,4 milhões, enquanto que 10,1 milhões de famílias são formadas por mães ou pais solteiros: 10.197 milhões de famílias são lideradas por um pai ou uma mãe, sendo as mães chefes de família um número mais expressivo, num total de 37% dos domicílios brasileiros, enquanto foi revelado um total de sessenta mil famílias homoafetivas, das quais 53,8% são chefiadas por duas mulheres (IBGE, 2010).

Independentemente de como se origina a família monoparental, o fato é que ela vem crescendo em número nas últimas décadas, atingindo todas as classes sociais.

Questiona-se, nesse sentido, o papel do Estado brasileiro na vida dessas pessoas. Mulheres, mães, chefes de família que precisam trabalhar mais de quinze horas diárias, com mais de um trabalho e que não têm condições de participar efetivamente da vida de seus filhos, constituem grupos em exclusão social.

Diante desse cenário monoparental feminino, em que há a colaboração dos filhos na rotina do lar, as relações afetivas entre mães e filhos podem se expressar por meio da troca contínua, respeitosa e afetiva (BRITO, 2008). Contudo, os mesmos fatores de colaboração dos filhos, aliados à ausência paterna, material e afetiva, podem constituir uma relação, aglutinada entre mães e filhos, de dependência afetiva, impedindo uma educação emancipatória.

Um dos problemas mais agravantes que acometem as mulheres monoparentais está relacionado ao acesso à educação, pois é preciso atender as especificidades dos grupos sociais prejudicados. É urgente prever, valorizar e disseminar iniciativas governamentais e das organizações da sociedade civil, bem como fomentar a expansão de programas de educação de crianças que venham a atender às demandas da mulher monoparental.

Salienta-se, que apesar das dificuldades enfrentadas pelas mulheres monoparentais elas primam em colocar seus filhos em escolas vislumbrando um futuro melhor para todos. No entanto, as escolas públicas em que as crianças são colocadas raramente possibilitam o desenvolvimento almejado, ao contrário, elas contribuem para a exclusão das crianças, tendo em vista atenderem parcialmente às necessidades das crianças, em relação ao seu ambiente econômico, social e cultural, que são preteridos em consideração, reforçando o que é denominado de “Produção do Fracasso Escolar”, por (PATTO, 2014).

Diante de tantas dificuldades, nota-se que as políticas públicas atuais do Brasil exigem muito das famílias

brasileiras, notadamente das monoparentais, lideradas por brasileiras pobres, mas pouco lhes oferecem. Muitos dos fatores de risco dessas famílias estão diretamente relacionados à exclusão e à desigualdade social, e não necessariamente aos aspectos individuais dessas mulheres.

O Brasil é reconhecidamente um país que possui uma alta concentração de população pobre, o que demanda a intervenção de políticas públicas, visando ao acesso dessa camada populacional aos bens sociais e às garantias e direitos humanos fundamentais. O alto número de famílias monoparentais entre essa população é digno de atenção por parte dessas políticas.

2. DIREITOS HUMANOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Os direitos humanos são reconhecidamente como aqueles que são próprios para todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre e muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação. O Direito Internacional dos Direitos Humanos estabelece as obrigações dos governos de agirem de determinadas maneiras ou de se absterem de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos.

Algumas das características mais importantes dos direitos humanos estabelecidos em 1948, pela Organização das Nações Unidas são:

Os direitos humanos são fundados sobre o respeito pela dignidade e o valor de cada pessoa;

Os direitos humanos são universais, o que quer dizer que são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas;

Os direitos humanos são inalienáveis, e ninguém pode ser privado de seus direitos humanos; eles podem ser limitados em situações específicas. Por exemplo, o direito à liberdade pode ser restringido se uma pessoa é considerada culpada de um crime diante de um tribunal e com o devido processo legal;

Os direitos humanos são indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes, já que é insuficiente respeitar alguns direitos humanos e outros não. Na prática, a violação de um direito vai afetar o respeito por muitos outros;

Todos os direitos humanos devem, portanto, ser vistos como de igual importância, sendo igualmente essencial respeitar a dignidade e o valor de cada pessoa.

(ONU, 1948)⁶

No Brasil, signatário de vários Tratados sobre os Direitos Humanos a legislação voltada para a sua concretização, mais especificamente, para os direitos da criança e do adolescente, encontra-se cristalizado no artigo 227 da Constituição Federal/1988 e no Estatuto da Criança

⁶ In: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso em 16 de julho de 2018.

e do Adolescente/1990, (principalmente em seus artigos: 5º, 240 à 241-E) como aponta Ferreira (2014):

Art. 227, CF/88 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 4.º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. (BRASIL, 1988 *apud* FERREIRA, 2014, p.5)

ECA - Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente: (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracena. (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

[...]

Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)
(BRASIL, 1990)⁷

Recentemente, 2017, de acordo com Fernandes (2017) no dia 8 de maio, o presidente Michel Temer sancionou duas novas legislações relacionadas ao tema:

[...] a lei nº 13.440 /2017, que estipula pena obrigatória de perda de bens e valores em razão da prática dos crimes tipificados como exploração sexual; e a lei nº 13.441/2017, que prevê a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes. (FERNANDES, 2017, p.8)

⁷ In:< <https://www.jusbrasil.com.br/.../artigo-240-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990>>; <<https://www.jusbrasil.com.br/.../artigo-241-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990>>. Acesso em 15 de julho de 2018.

Ainda de acordo com Ferreira (2014) faz-se necessário ao Brasil ficar atento aos tratados internacionais principalmente a Declaração Internacional dos Direitos da Criança, de 1989, caso contrário é possível recorrer a ONU (Organização das Nações Unidas) ou a OEA (Organização dos Estados Americanos), para que sejam tomadas providências e penalizações para esse tipo de atitude, que de forma alguma pode ser admitida.

Nota-se, que o país não é desprovido de uma legislação que venha a promover segurança e integridade para crianças e adolescentes, assegurando-lhes os seus direitos protegendo-os da barbárie que é a exploração sexual.

3. EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Tem-se conhecimento que o Brasil encontra-se como um dos primeiros no ranking internacional de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes (FERNANDES, 2017). Alguns pesquisadores fazem uma distinção entre abuso sexual e exploração sexual em relação a criança e ao adolescente. Segundo o Ministério Público Federal (MPF, 2018), que investiga, propõe punições e trabalha junto com a sociedade para prevenir essas práticas e garantir a proteção necessária às vítimas, a principal diferença perpassa em torno do interesse financeiro que está por trás da exploração. Afirma ainda, que a exploração e o abuso sexual fazem parte de um conjunto de condutas exercidas por uma pessoa maior de idade, que usa seu poder ou autoridade para a obter favores ou vantagens sexuais. Nesse sentido, assim o MPF (2018), detalha a distinção:

Abuso Sexual

Pode ser dentro ou fora da família. Acontece quando o corpo de uma criança ou adolescente é usado para a satisfação sexual de um adulto, com ou sem o uso da violência física.

Desnudar, tocar, acariciar as partes íntimas, levar a criança a assistir ou participar de práticas sexuais de qualquer natureza também constituem características desse tipo de crime.

Exploração sexual comercial

É o uso de crianças e adolescentes em atividades sexuais remuneradas (ou seja, em troca de dinheiro). Alguns exemplos são a exploração no comércio do sexo, a pornografia infantil e a exibição em espetáculos sexuais públicos ou privados.

Nesse tipo de violação aos direitos infanto-juvenis, o menino ou menina explorado passa a ser tratado como um objeto sexual ou mercadoria. Assim, ficam sujeitos a diferentes formas de violência, como o trabalho forçado.

Em outras palavras, a exploração ocorre quando a criança ou adolescente vende seu corpo porque foi induzida a essa prática, seja pela situação de pobreza absoluta, pelo abuso sexual familiar ou pelo estímulo ao consumo. (p. 2)

Santos (2016) e Reche (2017) informam que desde o ano 2014, a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é considerada crime hediondo, previsto na Lei 8.072/1990, como tal a prática de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (inciso VIII do artigo 1º, inserido pela Lei nº 12.978/2014). A pena de 4 a 10

anos de prisão (artigo 218-B do Código Penal) é cumprida em regime fechado e não admite fiança. Pode estar associada ao crime de tráfico de pessoas, pornografia, turismo sexual e redes de prostituição.

A exploração sexual comercial é caracterizada pela utilização de crianças e adolescentes em atividades sexuais remuneradas, mediante pagamento em dinheiro, favores, objetos ou qualquer outra forma de monetarização da relação entre explorador ou agenciador e a vítima (CAMPOS, 2009; SANTOS, 2016). Campos (2009) esclarece ainda, que no I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes realizado em Estocolmo em 1996, foi classificada a exploração sexual comercial em quatro modalidades: tráfico para fins sexuais, prostituição, turismo sexual e pornografia.

Reforça-se, que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), em seu art. 4º, e a Constituição Federal, em seu art. 227,

preceituam que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar à infância e à juventude, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, bem como, colocá-los a salvo de toda e qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Não obstante a previsão legal, um considerável número de crianças e adolescentes, espalhadas pelos diversos

Estados da Federação, é arrastada, por um conjunto de fatores, para a exploração sexual comercial, tendo suas vidas ceifadas por esta cruel forma de violência. Tal fato demonstra que os garantidores não estão respondendo com ações efetivas para evitar a violação dos direitos preconizados na legislação. (RODRIGUES, [s.d.], p. 34).

Demonstra-se, que a condição socioeconômica na realidade é a mola mestra da exploração sexual de crianças e adolescentes, tendo em vista que é a pobreza e a desigualdade social que contribuem para vitimizar crianças e adolescentes que pelas suas condições financeiras são selecionados para serem explorados sexualmente.

A Violência Sexual pode ser representada por toda ação sexual ou representação em forma de jogos, praticadas pelo menos por um adulto, seja ele heterossexual ou homossexual, tenha a finalidade de estimular sexualmente a criança ou adolescente. (AZAMBUJA 2011, p.39)

Reforça-se, que crianças e adolescentes frente às demandas da sexualidade têm ainda como defesa o Conselho Tutelar. Este é um órgão público, permanente, autônomo, não jurisdicional, eleito pela comunidade local para zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Atua no âmbito do município, tendo a função específica de atender casos de maus-tratos, **violência sexual**, exploração do trabalho infantil, abandono ou quaisquer outras formas de violência cometidas contra as crianças e adolescentes. Esse órgão deve garantir o completo estado de bem-estar físico, mental e social,

devendo-se acionar o serviço de saúde quando tais condições não forem ofertadas àqueles que dele necessitem.

As atribuições do Conselho estão dispostas no Art. 136 do ECA, destacando-se atendimento e aconselhamento de pais ou responsável pelas crianças e adolescentes, requerimento de serviços públicos na saúde, educação, previdência, trabalho, segurança e serviço social e encaminhamento ao Ministério Público de notificações que constituam infração administrativa ou penal contra os direitos garantidos aos adolescentes e crianças.

Questiona-se, diante de todas as legislações, o que na realidade estão fazendo as instituições em prol da defesa de crianças e adolescentes frente a exploração sexual? E, como uma mãe, família monoparental, frente às adversidades da vida, com carga horária de trabalho, informal, triplicada, tem condições de enfrentar e fazer consolidar os direitos humanos de seus filhos frente a exploração sexual, se, sequer tem tempo para parar em casa e cuidar de seus filhos?

4. UMA ANÁLISE DA REVISÃO REALIZADA

A pesquisa realizada em artigos elaborados por estudiosos, pesquisadores, juristas, dentre outros, nos mostrou que praticamente todos são unânimes em afirmar que para o desenvolvimento de uma criança ou adolescente de forma saudável e tenha garantido seus direitos previstos na lei é importante que ela tenha estrutura e apoio, proporcionados por núcleos como a família, a escola e a sociedade. No entanto, ficou claro que as falhas de comprometimento trazem consequências graves para os

sujeitos da pesquisa – mãe, crianças e adolescentes, tendo em vista a ausência de uma proteção familiar tornando-os vulneráveis.

Devido ao comprometimento da mãe, com mil tarefas para manter a família, fica difícil para ela impedir a ação dos exploradores. A situação favorece a uma série de mazelas sociais, tais como, em idade precoce, crianças e adolescentes enveredam por caminhos tortuosos: alcoolismo, drogas, agressões físicas e psicológicas, e até mesmo estupro, estes fatos muitas vezes levam crianças e adolescentes para as ruas como uma maneira de fugir de uma realidade nefasta.

Nesse contexto, fica aberta uma série de redes de abusos e exploração sexual contra as crianças e adolescentes. As conseqüências dessa situação são catastróficas, pois as vítimas apresentam efeitos físicos, psicológicos, que dificultaram a reintegração dos mesmos na sociedade. As conseqüências mais graves vão para aqueles de classe menos favorecida, pois a necessidade financeira e a desigualdade social acabam por vitimizá-los e levando-os à exploração sexual.

Como conseqüência ainda se encontra a dependência química, o alcoolismo e as drogas psíquicas, diante a realidade muitas dessas crianças e adolescentes que isolados, buscam meios alternativos de esquecimento a exploração, onde culminam no uso exacerbado de drogas e o consumo de álcool. Relevante mencionar que a exploração sexual pode se subdividir em dois aspectos, o sofrimento a vida social da vítima e a conseqüência drástica na perda do desenvolvimento saudável mental e físico.

Além dos danos físicos, psíquicos e morais que gera a exploração sexual e comercial, a criança e o adolescente perdem sua autoestima, sua dignidade e sua personalidade, pois, vive uma vida desordenada e não aceita pela sociedade, onde não há como planejar um futuro maior e com expectativas, já que muitas vezes seus obstáculos são maiores que seu desejo.

Nesse sentido, os pais austeros perguntam se eles não têm apoio e sustentação familiar, onde esta não cumpre com o seu papel como deveria, faltando aos filhos, educação, alimentação de qualidade e principalmente o respeito e o carinho; os pilares mais importantes para o desenvolvimento de uma criança ou adolescente e possivelmente a melhor forma de precaução para o fim da exploração sexual dos mesmos.

Ora, está claro, que a vulnerabilidade da criança ao abuso sexual independe do tipo de família a que pertence. O que importa é o grau de vulnerabilidade a que ela está exposta. A família monoparental pode, tanto quanto a famílias tradicionais, dar ou não segurança, proteção, cuidado, dentre outros. Este grau de segurança vai depender de como as pessoas responsáveis pela criança lidam com a questão.

A vulnerabilidade da criança a esta situação está diretamente ligada à vulnerabilidade do meio em que ela vive. Se há um olhar atento e zeloso sobre a criança as possibilidades diminuem. A criança, neste e em qualquer outro aspecto, é um reflexo do meio social, emocional em que vive. Pensar que a família monoparental pode criar mais vulnerabilidade que a família tradicional pelo fato de não se

constituir de uma estrutura estabelecida como sinônimo de família (pai, mãe, filho) não é verdadeira.

A vulnerabilidade da criança e do adolescente não está associada a nenhuma estrutura de constituição familiar. O que importa é que esta família, seja monoparental ou tradicional, seja para a criança e o adolescente um porto seguro, um "lugar" afetivo que dê a ela a capacidade de ser apenas criança ou adolescente, sem correr os riscos que isto implica.

O abordado nos leva a inquirir sobre a mulher, mãe, monoparental. Diante das mazelas que as acomete, terá ela condições de entendimento sobre a legislação que protege seus filhos de abuso e exploração sexual? E, onde ficam as responsabilidades frente a essa problemática da sociedade e do Estado?

O estudo revisado fez-nos compreender que são necessárias ações preventivas imprescindíveis para o enfrentamento desta grave violação de direitos humanos de crianças e adolescentes, que traz consequências traumáticas do ponto de vista psicológico, prejuízos físicos e danos sociais às vítimas. A proteção integral das crianças e adolescentes é dever de todos, e não somente das mães, como reza a Constituição Federal/1988. A legislação está à disposição de todos para que possam contribuir para eliminar a perversidade repulsiva desse mal do século que é a violência contra crianças e adolescentes. Portanto, compete ao Estado, Família e sociedade a efetiva consolidação dos direitos humanos frente a exploração sexual?

CONCLUSÃO

A família brasileira desde os anos de 1970 vem sofrendo alterações em sua constituição, passando da nuclear tradicional – pai, mãe e filhos – uma gama considerável de configurações familiares, com formas e organização diferenciadas, entre as quais as famílias monoparentais femininas.

A família monoparental feminina é composta por mãe e filhos, nas qual a mulher é mãe solteira, divorciada ou separada. Assim, subtende-se que as famílias monoparentais são predominantemente formadas por mulheres sem cônjuges e com filhos, que arcam com todas as responsabilidades exigidas pela manutenção, pela proteção e pela sobrevivência da casa e da família, pela educação dos filhos e pelo provimento das condições emocionais ligadas ao crescimento e ao desenvolvimento da família. As inúmeras funções contribuem para que as mulheres, em sua maioria, vivam num contexto social composto por desigualdades, preconceitos e exclusão.

Diante da fragilidade da situação os seus filhos ficam mais vulneráveis frente a uma situação que vem preocupando a sociedade brasileira: o abuso e a exploração sexual dos mesmos. Reforça-se, que a violência, no entanto, pode ocorrer em qualquer constituição familiar, mas acredita-se que a situação socioeconômica contribui para agravar a prevalência junto a monoparentalidade feminina diante de um contexto adverso sócio-econômico, político e cultural, onde a criança e o adolescente estão inseridos.

O Brasil frente a problemática dispõe de dispositivos legais para coibir o fenômeno, principalmente através da Constituição Federal/1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA/1990, que em tese daria proteção às crianças e adolescentes, mediante a consolidação de seus direitos fundamentais garantidores de um desenvolvimento pleno. No entanto, Estado, Famílias e Sociedade, como rezam os Institutos legais não têm cumprido com a missão, deixando crianças e adolescentes à mercê de algozes que provocam nos mesmos danos irreparáveis.

Infere-se, a partir do referenciado, que Estado, Famílias e Sociedade, e, não somente a monoparentalidade feminina, são responsáveis pela consolidação dos direitos humanos frente a exploração sexual.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA. De Maria Regina Fay. **Violência Sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 17.07.2016.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em 20 ago.2013.

BRITO, F. S. Mulher chefe de família: um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina. **Urutágua – Revista acadêmica multidisciplinar**, n. 15, p. 42-52, 2008.

CAMPOS, L.D. **Exploração sexual de crianças e adolescentes**. 2009. Disponível em:< <https://www.webartigos.com/artigos/exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes/23289#ixzz5A11sHcd8>. Acesso em março de 2018.

CORREIA, Isabel Matos. Famílias monoparentais. Uma família, um caso. **Rev. Port. Clin. Geral**, v. 18, p. 241-9, 2002. Disponível em: <<http://www.rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/article/view/9884/9622>>. Acesso em: 01 jul.2018.

FERNANDES, S. **Com quatro casos de exploração sexual de crianças por hora, Brasil debate prevenção**. 2017. Disponível em:< <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/05/com-quatro-casos-de-exploracao-sexual-de-criancas-por-hora-brasil-debate-prevencao>>. Acesso em março de 2018.

FERREIRA, V. **Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil do século XXI**. 2014. Disponível em:< <https://vanessasilvaferreira.jusbrasil.com.br/artigos/>

113788664/exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes-no-brasil-do-seculo-xxi>. Acesso em março de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010.**

Resultados. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 01 jul.2016.

_____. **Censo Demográfico 2010. Famílias e domicílios.**

Resultados da amostra. Rio de Janeiro, 1–203, (2012).

Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>.

Acesso em 01 jul. 2018.

JUNQUEIRA, M. F. P. S.; DESLANDES, S. F. Resiliência e maus tratos à criança. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 19, p. 227-235, 2003.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Exploração e**

abuso sexual: um grande desafio. 2018. Disponível

em:<<http://www.turminha.mpf.mp.br/direitos-das-criancas/18-de-maio/exploracao-e-abuso-sexual-um-grande-desafio>>. Acesso em março de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **O que são os direitos humanos.** Disponível

em:<<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso em 16 de julho de 2018.

PATTO, Maria Helena de Souza. **A produção do fracasso escolar. Histórias de submissão e rebeldia.** 4. ed. São Paulo: Intermeios, 2014.

PIERPAOLO, Donati. **Família no século XXI: abordagem relacional.** São Paulo: Paulinas, 2008.

RECHE, Cauana Perim Franco. Exploração sexual e comercial de menores. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XX, n. 160, maio 2017. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18861>. Acesso em mar 2018.

RODRIGUES, E.M. **Desafios no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.** Disponível em:< https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/revista_digital/numero_04/revista_digital_ed_04_3.pdf>. Acesso em maio de 2018.

SANTOS, E. **Exploração sexual de crianças e adolescentes, um crime hediondo** 2016. Disponível em:< <http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalhoinfantil/colunistas/exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes-um-crime-hediondo/>>. Acesso em março de 2018.

CAPÍTULO 5

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DA CRIANÇA

Rinaldo dos Santos Brito⁸

INTRODUÇÃO

Antigamente costumava-se atribuir à criança, toda culpa por seu fracasso escolar. Hoje, porém, já se reconhece que as dificuldades em aprendizagem não se dão no vazio, e sim em contextos, tanto situacionais, quanto interpessoais. Não pode falar de dificuldades tendo somente a criança como ponto de referência: o "contexto" em que a criança se encontra precisa ser considerado. Assim, quer a família, quer a escola, podem ser grandes responsáveis pela determinação dos distúrbios de aprendizagem. O objetivo deste estudo é verificar até que ponto a influência da família pode determinar tais distúrbios. A importância da referida pesquisa justifica-se, visto que:

- A família nuclear, constituída de pai, mãe e filhos, ainda é considerada como a menor unidade social, a célula que reunida às outras formará o tecido social;

⁸ Professor graduado em Letras – Português-Francês pela Faculdade de Formação de professor de Penedo/AL, em 2000, especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Salgado de Oliveira, em 2001, Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Interamerica – Paraguai, 2017.

- O lar e a vida familiar podem proporcionar, através do seu ambiente físico e social, as condições necessárias ao desenvolvimento da personalidade da criança;

- As influências precoces são as mais duradouras e as mais estáveis;

- É na família que a criança encontra, em primeiro lugar, os modelos a serem imitados (modelo de identificação);

- Existem momentos muito adequados para a realização de determinadas aquisições, conforme o desenvolvimento maturativo da criança, e isso acontece enquanto ela está sob a custódia da família;

- A família é um contexto de socialização especialmente relevante para a criança;

A análise do tema escolhido fez-se através de uma pesquisa bibliográfica cujo resultado servirá de informação a pais e educadores. Aos primeiros, por estarem ou deverem estar em permanente contato com os filhos e por serem, acredita-se, os principais interessados pelo pleno desenvolvimento deles. Aos segundos, por continuarem a tarefa iniciada pela família, por terem a possibilidade e a responsabilidade de introduzirem influências positivas que sejam capazes de compensar as deficiências ligadas aos contextos de criação familiar da criança.

Pesquisadores e educadores têm mostrado um crescente interesse pelo estudo das relações entre a família e a escola devido à sua importância para a educação e o desenvolvimento humano. No presente artigo, apresenta-se algumas reflexões sobre o envolvimento da família com a

escola e seu impacto sobre a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno.

Os benefícios de uma boa integração e as implicações de uma falta de integração entre os dois contextos são discutidos brevemente, bem como são descritos aspectos das relações estabelecidas entre ambos, que vêm sendo focalizados nas pesquisas empíricas. Especial atenção é dada às concepções e tipos de envolvimento família-escola e às percepções de pais e professores sobre este envolvimento. Ao final, enfatiza-se a necessidade de uma integração mais efetiva entre a família e a escola, respeitando as peculiaridades de cada segmento, e da implementação de pesquisas que levem em conta as inter-relações entre os dois contextos.

A família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsores ou inibidores do seu crescimento físico, intelectual e social. A escola constitui-se um contexto no qual as crianças investem seu tempo, envolvem-se em atividades diferenciadas ligadas às tarefas formais (pesquisa, leitura dirigida) e aos espaços informais de aprendizagem (hora do recreio, excursões, atividades de lazer). Neste ambiente, o atendimento às necessidades cognitivas, psicológicas, sociais e culturais da criança é realizado de uma maneira mais estruturada e pedagógica que no ambiente de casa.

A família não é, portanto, o único contexto em que a criança tem oportunidade de experimentar e ampliar o seu repertório como sujeito de aprendizagem e desenvolvimento.

Buscando compreender as relações entre família e escola, este trabalho apresenta uma reflexão sobre as diferentes perspectivas do envolvimento entre ambos os segmentos, possíveis influências sobre o desenvolvimento e a aprendizagem humana e como a integração entre eles tem repercutido sobre os processos de aprendizagem e relativo às percepções de pais e professores sobre esta relação. Algumas considerações são feitas a respeito da necessidade de promover uma integração mais efetiva entre a família e a escola e de implementar pesquisas que investiguem as inter-relações entre os dois ambientes.

1. A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

A relação entre a escola e a família é, sobretudo, nos dias de hoje, uma das mais palpitantes questões discutidas por pesquisadores e/ou gestores dos sistemas e unidades de ensino em quase todo o mundo. Este fato é evidenciado, por um lado, pelo expressivo número de pesquisas e publicações especializadas sobre o assunto, e, por outro, pela preocupação manifestada nos mais diversos fóruns, pelos profissionais responsáveis por gerir simples unidades escolares ou complexos sistemas nacionais de ensino.

No campo das pesquisas acadêmicas, talvez a área que mais tem se voltado para o estudo e entendimento das relações entre escola e família seja, não por acaso, a Sociologia e, subalternamente, os estudos de políticas de educação. Discutindo sejam temas clássicos, como o fracasso escolar, sejam questões recentemente incorporadas, como as trajetórias escolares, os sociólogos da educação têm

continuamente chamado a atenção para a implicação da instituição familiar com a escola. Como dizem Montandon e Perrenoud (1987, p.7), “de uma maneira ou de outra, onipresente ou discreta, agradável ou ameaçadora, a escola faz parte da vida cotidiana de cada família”.

Todos estes estudos e, mais ainda, a prática pedagógica dos professores e gestores da escola põem em evidência um fato: a forma e a intensidade das relações entre escolas e famílias variam enormemente, estando relacionadas aos mais diversos fatores (estrutura e tradição de escolarização das famílias, classe social, meio urbano ou rural, número de filhos, ocupação dos pais, etc.).

Constata-se, também, um outro elemento: seja devido a mudanças pelas quais nas últimas décadas têm passado a família, seja em face das constantes e, às vezes, radicais alterações observadas na escola, bem como da consequente discussão acerca do lugar dessas instituições na formação das novas gerações, observa-se hoje uma exaltação da necessidade de se estabelecer um efetivo diálogo entre a escola e a família.

Os professores e os gestores das unidades escolares alimentam, ainda, a ilusão de uma maior participação dos pais na escola, que seria resultado de uma ação formativa da escola em relação à família. Centrados em uma visão escolarizada do problema, eles não põem em dúvida o lugar construído para e pela escola, em relação às demais instituições sociais, dentre elas a família.

É no interior deste debate, antigo e muito mais complexo do que aqui apresentado, que se inscreve a preocupação dos historiadores da educação com o tema. No

Brasil, ao longo do século XIX, a instituição escolar vai lenta, mas inexoravelmente, se fortalecendo como o locus fundamental e privilegiado de formação das novas gerações, estando diretamente relacionados a este fato a expansão da escolarização, o processo de profissionalização do magistério primário, dentre outros fatores (FARIA FILHO, 1999). Neste processo, ela desloca, como já foi observado por diversos autores (ALVAREZ-URIA e VARELA, 1991), outras instituições (família, igreja, etc.) de seus lugares tradicionais de socialização, considerando-as, na maioria das vezes, incapazes de bem educar diante de uma sociedade que se urbaniza e se complexifica, que supõe novas dinâmicas e padrões de comportamento.

Por outro lado, estudos têm detectado também que, nas primeiras décadas do século XX, o afastamento da família da escola, resultante em boa parte da ação dos defensores e instituidores da escolarização, é uma preocupação constante destes mesmos agentes (FARIA FILHO, 2000). Postados no interior de um campo que ganhava cada vez mais especificidade e legitimidade, os professores e outros agentes da educação passam a reclamar do desinteresse dos pais, principalmente das camadas populares, para com a educação dos filhos. A partir de diagnósticos, os mais variados, baseados na premissa de que, embora seja fundamental a participação das famílias na educação dos filhos, estas demonstravam, naquele momento, um profundo desinteresse e despreparo para lidar com o assunto, buscava-se projetar e desenvolver ações que visavam reaproximar a família da escola. No seu conjunto, em suas mais diversas elaborações, estas ações mostram uma

intenção colonizadora da escola em relação à família, entendida esta tarefa como um momento fundamental da ação reformista da escola em face da realidade social mais ampla.

2. EDUCAÇÃO E FAMÍLIA: UMA UNIÃO FUNDAMENTAL

Ao longo da história brasileira a família veio passando por transformações importantes que relacionam-se com o contexto sócio-econômico-político do país. No Brasil - Colônia, marcado pelo trabalho escravo e pela produção rural para a exportação, identifica-se um modelo de família tradicional, extensa e patriarcal, onde os casamentos baseavam-se em interesses econômicos, que à mulher, era destinada a castidade, a fidelidade e a subserviência. Aos filhos, considerados extensão do patrimônio do patriarca, ao nascer dificilmente experimentavam o sabor do aconchego e da proteção materna, pois eram amamentados e cuidados pelas amas de leite.

A partir das últimas décadas do século XIX, identifica-se um novo modelo de família. A Proclamação da República, o fim do trabalho escravo, as novas práticas de sociabilidade com o início do processo de industrialização, urbanização e modernização do país constituem terreno fértil para a proliferação do modelo de família nuclear burguesa, originário da Europa. Trata-se de uma família constituída por pai, mães e poucos filhos. O homem continua detentor da autoridade e "rei" do espaço público; enquanto a mulher assume uma nova posição: "rainha do lar", "rainha do espaço privado da casa". Desde cedo, a menina é educada para

desempenhar seu papel de mãe e esposa, zelar pela educação dos filhos e pelos cuidados com o lar.

No âmbito legal, a Constituição Brasileira de 1988, aborda a questão da família nos artigos 5º, 7º, 201, 208 e 226 a 230. Trazendo algumas inovações (artigo 226) como um novo conceito de família: união estável entre o homem e a mulher (§ 3º) e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (§ 4º). E ainda reconhece que: os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher (§ 5º).

Nos últimos vinte anos, várias mudanças ocorridas no plano sócio-político-econômico relacionadas ao processo de globalização da economia capitalista vem interferindo na dinâmica e estrutura familiar e possibilitando mudanças em seu padrão tradicional de organização. Conforme Pereira (1995), as mais evidentes são:

- queda da taxa de fecundidade, devido ao acesso aos métodos contraceptivos e de esterilização;

- Tendência de envelhecimento populacional;

- Declínio do número de casamentos e aumento da dissolução dos vínculos matrimoniais constituídos, com crescimento das taxas de pessoas vivendo sozinhas;

- Aumento da taxa de coabitações, o que permite que as crianças recebam outros valores; menos tradicionais;

- Aumento do número de famílias chefiadas por uma só pessoa, principalmente por mulheres, que trabalham fora e têm menos tempo para cuidar da casa e dos filhos.

Ademais, é preciso ressaltar que essas mudanças não devem ser encaradas como tendências negativas, muito menos como doenças ou sintomas de crise. A ideia de crise,

atualmente em voga, pode ser enganosa. A aparente desorganização da família é um dos aspectos da reestruturação que ela vem sofrendo, a qual se, por um lado, pode causar problemas, pode, por outro, apresentar soluções. Trata-se, pois, de um processo contraditório que, ao mesmo tempo em que abala o sentimento de segurança das pessoas, com a falta ou diminuição da solidariedade familiar, proporciona também a possibilidade de emancipação de segmentos tradicionalmente aprisionados no espaço restritivo de muitas sociedades conjugais opressoras. Com ele, também, os papéis sociais atribuídos diferenciadamente ao homem e à mulher tendem a desaparecer não só no lar, mas também no trabalho, na rua, no lazer e em outras esferas da atividade humana. (PEREIRA 1995)

Embora a cada momento histórico corresponda um modelo de família preponderante, ele não é único, ou seja, concomitante aos modelos dominantes de cada época, existiam outros, com menor expressão social, como é o caso das famílias africanas escravizadas. Além disso, o surgimento de uma tendência não eliminava imediatamente a outra, prova disto é que neste início de século podemos identificar a presença do homem patriarca, a mulher "rainha do lar" e a mulher trabalhadora. Assim, não se pode falar de família, mas de famílias, para que seja possível contemplar a diversidade de relações que convivem em na sociedade. Outro aspecto a ser ressaltado, diz respeito ao significado social da família, qual a sua razão de existência?

Segundo Kaloustian (1988), a família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do

arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais.

Gokhale (1980) acrescenta que a família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social. A educação bem sucedida da criança na família é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando for adulto. A família tem sido, é e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas.

Evidenciado, no tipo de organização social, o papel crucial da família quanto a proteção, afetividade e educação, onde buscar fundamentação para a relação educação escola/família? O dever da família com o processo de escolaridade e a importância da sua presença no contexto escolar é publicamente reconhecido na legislação nacional e nas diretrizes do Ministério da Educação aprovadas no decorrer dos anos 90, tais como:

-Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), nos artigos 4º e 55.

-Política Nacional de Educação Especial, que adota como umas de suas diretrizes gerais: adotar mecanismos que oportunizem a participação efetiva da família no

desenvolvimento global do aluno. E ainda, conscientizar e comprometer os segmentos sociais, a comunidade escolar, a família e o próprio portador de necessidades especiais, na defesa de seus direitos e deveres. Entre seus objetivos específicos, temos: envolvimento familiar e da comunidade no processo de desenvolvimento da personalidade do educando.

-Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), artigos 1º, 2º, 6º e 12.

-Plano Nacional de Educação (aprovado pela Lei nº 10172/2007), que define como uma de suas diretrizes a implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar (composta também pela família) e local na melhoria do funcionamento das instituições de educação e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos.

E não podemos deixar de registrar a recente iniciativa do MEC que instituiu a data de 24 de abril com o Dia Nacional da Família na Escola. Neste, todas as escolas deveriam convidar os familiares dos alunos para participar de suas atividades educativas, pois conforme declaração do Ministro Paulo Renato Souza "quando os pais se envolvem na educação dos filhos, eles aprendem mais".

Relacionados os sustentáculos formais da relação família/escola/educação é importante pontuar ainda alguns aspectos. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a família independente do modelo como se apresente, pode ser um espaço de afetividade e de segurança, mas também de medos, incertezas, rejeições, preconceitos e até de violência.

Assim, é fundamental conhecer os alunos e as famílias com as quais os profissionais da educação lidam.

Quais são suas dificuldades, seus planos, seus medos e anseios? Enfim, que características e particularidades marcam a trajetória de cada família e conseqüentemente, do educando a quem os professores atendem. Estas informações são dados preciosos para que seja possível uma avaliação precisa dos ensinamentos enquanto educadores, identificar demandas e construir propostas educacionais compatíveis com a realidade dos educandos. Em segundo lugar, na relação família/educadores, um sujeito sempre espera algo do outro. E para que isto de fato ocorra é preciso que escola/educadores construam coletivamente uma relação de diálogo mútuo, onde cada parte envolvida tenha o seu momento de fala, mas também de escrita, onde exista uma efetiva troca de saberes. A capacidade de comunicação exige a compreensão da mensagem que o outro quer transmitir e para tal faz-se necessário o desejo de querer escutar o outro, a atenção às ideias emitidas e a flexibilidade para o recebimento de ideias que podem ser diferentes. Uma atitude de desinteresse e de preconceitos pode danificar profundamente a relação família/escola e trazer sérios prejuízos para o sucesso escolar e pessoa dos alunos.

Geralmente, a família de educandos surdos espera e necessita da escola inúmeras informações, apoio e orientação sobre como lidar com a situação de convívio com uma pessoa surda. A falta de atenção para esta demanda possivelmente terá conseqüências negativas para educadores, educandos e familiares. Outro ponto, diz respeito a tendência que a escola tem de reduzir a família à figura materna, não propondo

atividades que envolvam a totalidade da constituição familiar, como pais, irmãos e por que não tios e avós? Pensando na situação deste país, é real a falta de informações sobre a surdez e sua influência na vida de uma pessoa, e a forma preconceituosa de relacionamento das pessoas ouvintes com as pessoas surdas. Esta realidade está presente nos diversos espaços da sociedade, inclusive na família e na escola. Assim, o direito a uma vida digna enquanto pessoas surdas deve ser discutido com todos e por todos.

Por último, mas também crucial, é a questão da participação da família na escola. É preciso ter clareza da importância da sua participação para o desenvolvimento do aluno. Será que é estar presente nas reuniões para ouvir informações burocráticas e queixas referentes ao mau comportamento dos alunos? Será que é ter acesso a decisões previamente estabelecidas? Será que é ajudar a organizar a festa junina da escola? Será que é poder ouvir e falar? Será que é a possibilidade de uma ação coletivamente construída por todas as partes envolvidas no processo ensino-aprendizagem, na qual se compartilhar equitativamente, resguardadas as particularidades dos sujeitos envolvidos, a possibilidade de planejar, decidir e agir? Enfim, muitos devem saber o significado da palavra participar. É preciso que conhecer as razões pelas quais as famílias não têm correspondido ao que os educadores esperam enquanto sua participação na escola. Para tal, precisam-se despir da postura de juízes que condenam sem conhecer as razões e incorporarem o espírito investigador que busca as causas para o desconhecido.

3. INSTITUIÇÃO FAMILIAR X INSTITUIÇÃO ESCOLAR

A família, durante muito tempo, nem foi objeto de estudos, no entanto é na instituição familiar que vivencia-se a primeira forma de amor com que se tem contato na vida.

No entanto, a instituição família tem recebido pouco investimento das pessoas, até pela falta de sentido que a reveste nos dias de hoje, em que o consumismo reina soberano e até as leis ajudam na sua fragmentação. A instituição social mais tem colaborado na extinção do que na promoção da família.

Até os anos 1960, casar, criar filhos era um projeto de vida; agora, tal projeto ficou relegado a um plano secundário e, praticamente, perdeu o sentido, como perderam o sentido os valores a longo prazo. A humanidade como um todo está perdendo o sentido propriamente humano da afetividade e compromisso com o conjunto para a individualidade, o consumismo, a solidão.

Numa breve retrospectiva histórica, nota-se que, nos anos 1960, a política autoritária, não apenas do Brasil, mas de muitas partes do mundo, fez com que os jovens se revoltassem contra todo poder instituído, inclusive o patriarcal. Queriam quebrar barreiras e a família foi a primeira delas, a mais acessível naquele momento de amor livre, de “revolução branca” contra as amarras institucionais.

A família patriarcal, com o pai dando todas as ordens, já não é preponderante, inclusive porque nas favelas, principalmente, há falta de homens de 14 a 25 anos, que são mortos de maneira violenta (conforme pesquisas amplamente divulgadas), fazendo com que a mulher assuma

as duas funções: paterna e materna. Nesse sentido, tratar as famílias de hoje da mesma forma que as de outrora, exigindo delas as mesmas responsabilidades e atribuições de então seria agir diacronicamente, sem sintonia com a realidade atual. “A ausência da figura paterna é muito frequente e está associada à falta de limites e ao desenvolvimento de padrões alterados de conduta. A função paterna será associada, muitas vezes, à figura de um delinquente poderoso” (MONTANDON & PERRENOUD, 1987, p. 29)

Acrescenta-se a tal situação que, com a tecnologia altamente desenvolvida a qual se tem acesso nos dias de hoje, tudo fica bonito e veloz, mas, dentro de casa, onde estão os sentimentos? Onde está o espaço do diálogo entre os familiares? A grande chave do relacionamento familiar é poder amar de verdade e converter isso em ação. Para tanto, há que se reservar um tempo específico. E, na atualidade, tudo indica que tal ação não esteja ocorrendo a contento. Nossa sociedade de tantas contradições está promovendo muito mais a aproximação e intercâmbio entre projetos e culturas diferentes do que entre os membros de uma mesma família e, também, do que entre as famílias e as equipes das escolas que seus filhos frequentam.

É certo que os papéis da família e da escola, antes prioritariamente repressores, modificaram-se ao longo das últimas décadas. Uma das principais diferenças refere-se à transmissão do conhecimento, pois antigamente, essa transmissão dava-se apenas na escola, a agência por excelência destinada à transmissão dos conhecimentos acumulados pela sociedade. Os valores e padrões de comportamento eram ensinados e cultivados em casa.

Atualmente, a família tem passado para a escola a responsabilidade de instruir e educar seus filhos e espera que os professores transmitam valores morais, princípios éticos e padrões de comportamento, desde boas maneiras até hábitos de higiene pessoal. Justificam alegando que trabalham cada vez mais, não dispendo de tempo para cuidar dos filhos. Além disso, acreditam que educar em sentido amplo é função da escola. E, contraditoriamente, as famílias, sobretudo as desprivilegiadas, não valorizam a escola e o estudo, que antigamente era visto como um meio de ascensão social.

A escola, por sua vez, afirma que o êxito do processo educacional depende, e muito, da atuação e participação da família, que deve estar atenta a todos os aspectos do desenvolvimento do educando. Reclama bastante da responsabilidade pela formação ampla dos alunos que os pais transferiram para ela, e alega que isto a desviou da função precípua de transmitir os conteúdos curriculares, sobretudo de natureza cognitiva. Com isso, ao invés de ter as famílias como aliadas, acaba afastando-as ainda mais do ambiente escolar. E todos perdem.

Há que se considerar, ainda, os casos de separação do casal, em que as crianças são colocadas diretamente no embate e sofrem muito mais que os pais, que deixam de ser marido e mulher, mas continuam pai e mãe das crianças. Quando já estava presente um relacionamento de confiança família-escola, e esta acolhe o aluno de maneira satisfatória, os sentimentos de abandono e medo do futuro diminuem. Em geral, tais pessoas conseguem comunicar-se melhor com as próprias oportunidades que o mundo oferece e geralmente tiveram o privilégio do estímulo familiar, impulsionando e

apontando o compromisso com a dignidade, a possibilidade de conquistar os próprios sonhos, alicerçando condições para que as pessoas acreditem em si mesmas e ajam com vistas ao sucesso.

Já no caso das famílias que têm se envolvido com a educação dos filhos enquanto cobrança, principalmente da promoção de uma série para outra, e também de comportamento e interação, colocando em plano secundário a motivação, o prazer de frequentar a escola e de aprender, os problemas se agravam. Como esperar alunos estimulados e envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem se a cobrança de resultados é excessiva e o medo de não corresponder às expectativas imobiliza?

Como as demais instituições sociais, a família e a escola, passam por mudanças que redefinem sua estrutura, seu significado e o seu papel na sociedade. É o que tem acontecido nos dias de hoje, em função de diversos fatores, sobretudo, a emancipação feminina. Com isso, os papéis da escola foram ampliados para dar conta das novas demandas da família e da sociedade. Esse é um fato que deve, necessariamente, ser levado em consideração quando se trabalha com a escola. Negá-lo é agir fora da realidade e não obter resultados satisfatórios.

É certo que cada segmento apresenta reclamações e expectativas em relação ao outro; os professores acham que os pais devem estabelecer limites e ensinar a seus filhos os princípios básicos de respeito aos semelhantes, boas maneiras, hábitos de alimentação e higiene pessoal, etc. Por sua vez, os pais se recusam a comparecer à escola para ouvir sermões e serem instados a criar situações que possibilitem

a aprendizagem de seus filhos, alegando que a função de ensinar conteúdos, criar situações de aprendizagem é da escola, dos professores.

Se num primeiro momento os professores reclamaram e rejeitaram a função mais ampla de transmitir valores morais, princípios éticos e padrões de comportamento, desde boas maneiras até hábitos de higiene pessoal e alimentação, como falamos anteriormente, hoje já não estão tão arredios em participar de tais atividades e, também, atender a esses pais, ouvindo-os, dialogando com eles e, dessa forma, colaborando para a sua formação e de seus filhos.

As escolas, por sua vez, estão abrindo espaços para a participação das famílias, a ponto de, hoje, família e escola serem co-autoras das decisões administrativas e pedagógicas, o que acaba favorecendo e facilitando a educação dos estudantes. As faculdades de Pedagogia e os cursos de licenciatura vêm debatendo a necessidade de ambas caminharem juntas, se responsabilizando mutuamente pela formação dos alunos. Estão discutindo entre seus pares que, para haver parceria e composição de tarefas, é preciso ter clareza do que cabe a cada uma das instituições. A escola deve compreender que a família mudou e é com essa família que deve trabalhar. A escola precisa ser o espaço de formação/preparação das novas gerações. Os professores precisam aproximar-se de seus alunos tendo o apoio constante da família.

Valorizar a heterogeneidade em lugar da ambicionada homogeneidade perseguida pela escola tradicional, a universalização do ensino, evitando a

discriminação e o abandono, o processo e não apenas o produto do conhecimento, o respeito à diferença, investindo na educação inclusiva, o papel do professor como mediador do processo, bem como a necessidade de constituir junto aos estudantes valores e conceitos para a vida harmoniosa e plena em cidadania, são tarefas relativamente recentes e bastante complexas a serem assumidas por todos os envolvidos no trabalho escolar.

Finalmente, na relação família/educadores, um sujeito sempre espera algo do outro. E para que isto de fato ocorra é preciso que sejamos capazes de construir de modo coletivo uma relação de diálogo mútuo, onde cada parte envolvida tenha o seu momento de fala, onde exista uma efetiva troca de saberes. A construção dessa relação implica em uma capacidade de comunicação que exige a compreensão da mensagem que o outro quer transmitir, e para tanto, se faz necessário, a competência e o desejo de escutar o que está sendo expresso, bem como a flexibilidade para apreender idéias e valores que podem ser diferentes dos nossos.

Por parte da escola: respeito pelos conhecimentos e valores que as famílias possuem, evitando qualquer tipo de preconceito e favorecendo a participação dos componentes da instituição familiar em diferentes oportunidades, estimulando o diálogo com os pais e possibilitando-lhes, também, obter um ganho enquanto sujeitos interessados em evoluir e se aperfeiçoar e como seres humanos e cidadãos comprometidos com a transformação da realidade.

4. INTERAÇÃO SOCIAL ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

O ser humano desde o momento em que nasce, necessita do convívio com outra pessoa para que possa sobreviver e desenvolver-se, pois sozinho não teria chances, uma vez que não teria quem saciar suas necessidades básicas, dando-lhe condições para que possa desenvolver-se. Sendo assim, começou-se a interagir desde que bebês, nos primeiros meses somente com a mãe, à medida que os meses vão se passando inclui-se pai, mãe, irmãos, vós, tios, enfim, os familiares, e só depois começou-se a interagir com outras pessoas.

É fundamental que a interação com o bebê seja feita com um espírito de brincadeira. Isso ajudará em dois pontos fundamentais. Primeiramente, fará com que a criança crie um vínculo seguro com a pessoa que a cuida, algo essencial nos primeiros anos de idade. E, em segundo lugar, porque as experiências positivas que o bebê tiver nessa etapa da vida vão formar a base para seu futuro. Isto é, quanto melhor se relacionar com as pessoas que cuida dele, mais saudável emocionalmente será posteriormente.

Uma parcela impressionante do desenvolvimento social e emocional ocorre durante os primeiros anos de vida. É durante esse período, que as crianças descobrem se é seguro ou não explorar seu ambiente e confiar em outras pessoas. A qualidade dos relacionamentos de uma criança, nesse estágio, pode ter um impacto significativo sobre sua perspectiva emocional. Sendo assim, na escola o reconhecimento do papel central desempenhado pelos processos de interação social estabelecidos tanto entre os

alunos como entre estes e o professor é de fundamental importância para o crescimento de ambas as partes e o sucesso do relacionamento.

A possibilidade de potencializar estes processos interativos em favor de uma aprendizagem significativa em “todos” os alunos, como a possibilidade de perder este benefício, estão sob o controle do professor, pois dele depende o “clima” e o “estilo” das relações psicossociais que podem ser estabelecidas em sala de aula. Sabe-se que o conhecimento é construído conjuntamente, exatamente, porque se produz interatividade entre duas ou mais pessoas que participam dele.

Sendo assim Coll (1995) sustenta a sua afirmação dizendo que a atividade do aluno, ou do grupo de alunos, é condicionada, por sua vez, pela atividade do professor. Dele vai depender o tipo de organização da classe e o tipo de interação. Sua intervenção ou falta vai interferir nestes processos, possibilitando assim, diferentes mecanismos cognitivos e de relacionamento. Portanto, não se pode estudar a atividade dos alunos independente da atividade do professor.

A temática interação representa o elo entre identidade e grupo. A criança que se conhece é capaz de unir-se a outros semelhantes, tornando-se parte integrante de um todo. Ela desenvolve a capacidade de reunir-se e incorporar-se, sem perder o contorno pessoal e sem sentir-se insegura. Em qualquer grupo social, seja família, escola ou comunidade, a criança deve ser estimulada a interagir, para sentir que faz parte destes. É fundamental que a criança tenha claro que interagir não significa tornar-se igual ou abrir mão dos

próprios pensamentos e sentimentos para concordar com os demais. A interação supõe uma unidade que contém as diferenças; pressupõe respeito aos limites individuais e coletivos e uma atitude participativa e solidária.

4.1 Grupos Sociais

A própria natureza humana exige que as pessoas se agrupem. A vida em sociedade é condição necessária para a sobrevivência da espécie. Assim, os indivíduos sempre formaram agrupamentos. Os contatos e os processos sociais que aproximam ou afastam os sujeitos provocam o surgimento de formas diversas de agrupamentos sociais, de acordo com o nível de integração social. Nos grupos sociais há normas, hábitos e costumes próprios, divisão de funções e posições sociais definidas. As pessoas, ao longo de sua vida, em geral participam de vários grupos sociais.

Dessa forma, Pereira (1995) enfatiza que o que caracteriza um grupo social é, pois, o fato de que se constitui numa estrutura relacional organizada, onde pessoas, com papéis diferentes e complementares, atuam, ao mesmo tempo, na busca de metas comuns, e onde cada um de seus elementos tem espaço para tentar adquirir segurança, autonomia, facilidades para ações e comunicações, e se colocar ‘frente’ a realidade social, refletindo-a e transformando-a.

Os grupos sociais desempenham funções importantes na formação dos indivíduos, pois acredita-se que a convivência grupal possibilita despertar o apreender-se, com mais intensidade, motivações e criatividade.

Os membros de um grupo precisam ter presente que o indivíduo encontra, na relação com seus pares, a base para elaboração de suas ações e sentimentos, determinando, em grande parte o curso de sua vida. Na relação grupal o processo deve ser democrático, para que os membros do grupo possam desempenhar seus respectivos papéis. Mas para que consigam agir democraticamente, os membros necessitam aprender como se processa a dinâmica interrelacional e conhecer as perspectivas individuais dos componentes.

O desenvolvimento do ser humano é um processo que se realiza no tempo e apresenta um duplo caráter: a partir de dados pré-determinados de origem genética e o que se efetivou num ambiente. O que se percebe neste ou naquele indivíduo, é resultado da influência dos fatores genéticos e da história pessoal, construída no mundo. A forma como qualquer pessoa constrói e desenvolve suas possibilidades depende do meio sócio-cultural em que ela expressa suas relações e realiza suas experiências. As qualidades do contexto é que farão com que as experiências sejam mais ou menos positivas.

A sociedade passa por grandes transformações, novas tendências revolucionam padrões clássicos de comportamento. Uma nova ordem social se organiza, alterando valores e expectativas, instaurando outras formas de pensar, formas essas oriundas da classe dominante que traz uma ideologia articulada para os alunos e, conseqüentemente, manter o povo sob dominação, passivo e submisso, impotentes na busca dos seus direitos. Essas

transformações refletem nos grupos sociais, vindo a interferir no desenvolvimento dos indivíduos.

A família constitui uma unidade social, uma micro sociedade, ou seja, ela reproduz no seu micro espaço os traços sociais dominantes, forma uma unidade econômica (pois supre suas necessidades pela atividade profissional de seus membros) e compõe uma unidade de consumo, do mesmo modo, compõe, também, uma unidade emocional, onde pais são as figuras significativas que funcionam como modelo. Através dos modelos oferecidos, o indivíduo aprenderá não só a se comportar socialmente, diante de certas situações, segundo os padrões de sua cultura, como também incorporará disposições emocionais (maneiras típicas de reagir afetivamente).

A escola não é importante apenas pelo conteúdo pedagógico que transmite, ela exerce vários outros efeitos sobre o indivíduo. Diversos aprendizados que não estão escritos no currículo formal são experimentados pelas crianças em sua vida escolar. A escola é uma grande experiência de socialização, de convívio com as diferenças de todos os tipos e em todos os níveis. A experiência escolar tem uma repercussão marcante na consolidação da auto-estima, seja contribuindo para o seu fortalecimento ou prejudicando. Diante dessas colocações, cabe salientar que os grupos sociais: escola, família e sociedade, independente de acompanharem ou não as transformações sociais, exercem papel relevante na formação do indivíduo.

4.2 A importância de uma boa interação social

A competência social tem um impacto sobre o nível de conforto com o qual um indivíduo funciona no mundo social. A capacidade para formar e manter relacionamentos não apenas melhora a qualidade de vida, mas é fundamental na construção da autoestima.

A interação social é parte essencial do estabelecimento da identidade da criança; é importante interagir, pois segundo estudos realizados, crianças que não interagem, “solitárias”, apresentam riscos bastante altos para desenvolver perturbação emocional, além de demonstrarem mais dificuldades na aprendizagem.

A interação possibilita confrontar pontos de vista moderadamente divergentes acerca de uma mesma tarefa, favorecendo a descentralização cognitiva, gerando conflito sócio-cognitivo que mobiliza as estruturas intelectuais existentes e obriga a reestruturá-las, dando lugar ao progresso intelectual.

Na interação com o grupo a criança demonstra a intenção com que participa das tarefas de aprendizagem (aprofundar os conhecimentos memorizá-los para “terminar” logo ou tirar o maior proveito com o mínimo de esforço); as atitudes e/ou sentimentos que algumas têm a respeito de seus colegas (aceitação ou rejeição, carinho ou antipatia; igualdade ou submissão; colaboração ou imposição); o autoconceito acadêmico que cada aluno tem de si mesmo e a motivação com que cada um encara as atividades que lhe são propostas, dados importantes que sem dúvida vão mediar as possibilidades e o alcance das aprendizagens.

Ao oportunizar a criança atividades que favorecem a interação, se valoriza a cooperatividade, em detrimento à competitividade ou individualismo, sendo uma atitude superior e mais positiva, tanto ao rendimento, como à produtividade dos participantes. A criança quando interage com o meio no qual está inserida, revela um pouco de si.

Aproxima-se de outras pessoas em busca de algo, que nem sempre está claramente definido para ela, mas que inconscientemente necessita dessa troca. E cada pessoa envolvida nessa relação, com seu jeito, sua forma, seu temperamento, sua história de vida, seu desejo, seu destino, se enriquecem.

Percebem o quanto são importantes em sua individualidade e conquistam seu espaço e respeito frente ao grupo, defendendo seus direitos, conscientes de seus deveres. Gokhale (1980) diz que a integração faz parte de um todo significa aprender a aproximar-se com cuidado, atenção e firmeza; aprender a comunicar-se com clareza, objetividade e sinceridade; aprender a compreender seus próprios sentimentos e os dos demais; a concordar e discordar, sem romper nem agredir; a ceder em prol do coletivo e a fazer de sua ação um instrumento em busca da transformação. Enfim, aprender a interagir e descobrir o prazer de ser contornando-se capaz de sentir amor e expressá-lo.

4.3 Dificuldades de interação e suas possíveis causas

Sabe-se que o desenvolvimento intelectual do ser humano está intimamente ligado às relações que ele

estabelece com o meio e as oportunidades que lhe são oferecidas. A interação nos grupos sociais favorece aos integrantes crescer com as diferenças, ter consciência dos seus limites e possibilidades.

A convivência com crianças tem demonstrado que devido a vários fatores, um número significativo delas tem apresentado dificuldades de interação. Destaca-se a família, a escola e a sociedade como grupos sociais com função importante na formação da criança e na relação dela com o meio.

CONCLUSÃO

Partindo do pressuposto de que a família é o alicerce para a boa educação e a facilitação da aprendizagem das crianças, é que se conclui este trabalho ressaltando a importância da presença dos pais na escola seja no acompanhamento das tarefas, seja nas reuniões de pais e mestres, seja na construção de novos projetos educacionais, seja como amigo da escola, dentre as diversas atividades que a escola venha a oferecer para benefício de uma educação de qualidade.

Sabe-se que a família é o grupo social que dá o suporte inicial e principal para a construção do conhecimento da criança. Para tanto, é necessário que os pais se conscientizem do seu papel retirando das costas da escola a obrigação de dar aos seus filhos a educação social, pois a escola está pronta para ensinar a teoria dos fatos e a vida juntamente com a família é que tem que mostrar o resto. Isto é, quando a criança não tem uma boa educação popular, ou

seja, a bagagem inicial trazida de casa, ele não tem uma boa evolução nas atividades, não consegue interagir com os demais e se isola, preocupando o professor. Esse mesmo aluno não se desempenha bem nas avaliações fazendo com que seus pais coloquem a culpa de suas dificuldades no professor.

São estas as razões que fazem com que este trabalho sirva de conscientizador para pais leigos que acham que a função da escola é entregar seus filhos prontos para interagir com a sociedade.

É verídico que a função da escola é ensinar e fazer com que os alunos adquiram conhecimento no mais é a família que tem que tomar a frente da situação. Por isso é necessário que família e escola se unam para a melhoria da interação social e educacional dos alunos.

REFERÊNCIAS

ALVARES-URIA, F. e VARELA, J. **Arqueologia de la escuela**. Madrid, Las Ediciones de la Piqueta, 1991.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069, de julho de 1990.

_____. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial: livro 1. Brasília, MEC/SEESP, 1994.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9424, de dezembro de 1996.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, MEC, 2001.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

COLL, César (org.). **Desenvolvimento psicológico e Educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FARIA FILHO, L.M. "**Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX**". In: VIDAL, D.G. A memória e a sombra. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 1999, p.117-136.

GOKHALE, S.D. **A Família Desaparecerá?** In Revista Debates Sociais nº 30, ano XVI. Rio de Janeiro, CBSSIS, 1980.

KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família Brasileira, a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

MONTANDON, C. e PERRENOUD, P. **Entre parents et enseignants: un dialogue impossible?** Paris, Peter Lang, 1987.

PEREIRA, P.A. **Desafios Contemporâneos para a Sociedade e a Família**. In Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 48, Ano XVI. São Paulo, Cortez, 1995.

CAPÍTULO 6

A ATUAÇÃO DO PROFESSOR DIANTE DO PROGRESSO DE INCLUSÃO

Roberto dos Santos⁹

INTRODUÇÃO

No contexto escolar é um ambiente estimulador e facilitador para várias aprendizagens por apresentar elementos de influenciam favoravelmente no desenvolvimento dos alunos. Dentre essas hipóteses destacamos a importância do professor, no processo de ensino e aprendizagem, utilizando a participação ativa no processo de construção do conhecimento.

Atualmente, encontramos muitos professores que temem receber em sua sala de aula alunos com necessidades educacionais especiais, eles dizem que não estão preparados para atuarem em sala. Percebemos que é fundamental que eles tenham cursos de preparatório.

Para receber alunos pró ativa com relação as situações que vivenciam no contexto escolar, especialmente

⁹ Mestrando em Ciências da Educação, pela Universidade Del Sur-UNASUR; Pós-graduado em Psicopedagogia Institucional com Ênfase nas Dificuldades do Ensino da Matemática pela Faculdade Pio Décimo e graduado em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú-UVA.
E-mail: santanadosfrades2015@hotmail.com

quando são responsáveis por atuar junto a crianças que apresentam necessidade especiais.

É importante ter uma perspectiva de buscar subsídios para a prática docente junto a essa população, fazermos uma reflexão tendo como ponto de partida as contribuições de L.S. Vygotsky. Entendemos que algumas ideias podem contribuir para uma nova compreensão e, conseqüentemente, para proposição de novas práticas pedagógicas de ensino em relação ao conteúdo tratado.

Diante mão é importante fazer algumas considerações acerca do movimento em torno da inclusão e da formação dos professores, para em seguida fazermos uma articulação com as ideias de Vygotsky, servimo-nos de suas contribuições e dos conceitos a tratar.

1- A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO

Quando falamos sobre inclusão abarca uma série de grupos diferentes, também denominados com minoria. Então estaremos nos referindo apenas a um destes grupos que apresentam deficiência, denominadas pessoas com necessidades educacionais, ou educativas especiais.

É de grande importância termos clareza que estamos falando a respeito tanto da responsabilidade do trabalho a ser desenvolvido com essas pessoas quanto às dificuldades implicadas nos processos de sua aprendizagem e desenvolvimento. Por tanto entendemos que essas duas dimensões vêm mobilizando os educadores do estado na busca de alternativas para atuarem no contexto da inclusão, uma vez que eles podem apresentar diferentes necessidades

que devem ser reconhecidas e superadas. Além disso, falar sobre esses grupos não é fácil, devem fazer um trabalho de conscientização para serem tratado na sociedade.

Segundo Pires (2000) refere-se a esses sujeitos, abrangendo, de modo amplo, desde aqueles denominados “alunos problemas”, por não se dedicarem á tarefa escolar, sendo impertinentes, desobedientes, até aqueles alunos com síndromes ou outros sensorial, capacidade de pensar, de relacionar com outros ou com o ensino e alunos com deficiência física.

O conceito de “necessidade educativa especiais” começo a ser usado na década de 60. Para ele, essa expressão reflete o fato de que os “alunos com deficiência ou dificuldades significativas de aprendizagem” podem apresenta-las de forma variável, tanto no tempo quanto na gravidade. Outra característica de conceito necessidades educativas especiais – NEE tem carácter relativo e contextual. (MARCHESI, 2004, p. 20).

Isso significa reconhecer que a questão da deficiência não se esgota nela mesma, mas implica outras dimensões, como, por exemplo, a inserção social do ambiente social, afirma: os problemas de aprendizagens dos alunos são determinados, em grande medida, por seu ambiente familiar e social e pelas características da própria escola. (MARCHESI, 2004. p. 20).

Tal perspectiva se aproxima muito do que afirma Vygotsky (1997), a saber que “a criança deficiente não sente diretamente sua deficiência, percebe as dificuldades que

derivam dela e, em consequência sofre o rebaixamento de posição social”. Portanto, a família, a escola devem estar atentas aos vínculos pessoais estabelecidas.

Estes devem proporcionar-lhe confiança em suas potencialidades e condições de superação, levando-as a investir além dos limites aparente. Ao tratar da de etologia, o autor defende a não segregação dos alunos com necessidades especiais, visto que as interações sociais entre grupos heterogêneos são condições fundamentais para o desenvolvimento do pensamento e da linguagem deve analisar uma escola para tanto significa estar em uma difícil posição social (Vygotsky, 1997, p. 18).

2- O PREPARO DO PROFESSOR EM FACE DE INCLUSÃO

Sabemos que a boa vontade dos professores é imperdível e condições necessárias, mas suficientes para garantir uma escola inclusiva. Marchesi (2004) apresenta uma visão semelhante ao comentar que criar escolas inclusivas requer muito mais que boas interações e documentos oficiais requerem que a sociedade, escolas de educadores tomem consciência das tensões e organizem condições para criação de escolas inclusivas de qualidade para que possa dar, mas suporte a essas crianças.

É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os educadores não adquirem uma competência suficiente para ensinar todos os alunos (MARCHESI, 2004, p.44).

Observa-se que entre os educadores da educação básica, principalmente nas séries iniciais do ensino

fundamental, alguns se encontram em formação, ainda há professores leigos, professores frutos de uma formação utilitarista, professores de outras licenciaturas sem especialização e, somando-se a estes, estão também os pedagogos, os formados em outras licenciaturas com especialização, os formados no curso Normal do Ensino Médio ou Superior em serviço. Percebe-se que as séries iniciais do Ensino Fundamental contam com um grupo de professores bastante heterogêneos em suas formações. (MICHELS, 2006).

Torna-se necessário ao professor, já em serviço, refletir sobre sua formação, seu preparo para atuar nessa escola que está para todos. Do professor espera-se que desempenhe de forma adequada sua prática pedagógica e promova de fato uma educação de qualidade, considerando a heterogeneidade do grupo (FREITAS, 2006, p. 40).

[...] Preventivamente, cabe examinar a formação inicial de todos os professores, de modo a assumirem a perspectiva da educação para todos ao longo de toda a trajetória profissional, aliando qualidade com equidade pensamos que não basta receber tais alunos para a mera socialização, o que seria mais uma forma de exclusão, é necessário um atendimento que oportunize o desenvolvimento efetivo de todos, para isso torna-se primordial que o professor tenha uma prática reflexiva e fundamental. Que busque capacita-se, visto que somente a formação inicial pode não ser suficiente para o enfrentamento de questões tão sérias e por vezes difíceis de lidar. O artigo 18 (Diretrizes Nacionais) que tem uma história própria, que traz consigo conhecimentos

anteriores à vida escolar, e que se constrói através das relações sociais existentes no contexto social. O professor deve considerar que, além do limite aparente, há possibilidades de aprendizagens e desenvolvimento, o que dependerá em boa parte de sua atuação, lembrando-se que junto com o defeito vem à compensação, isto é, uma força matriz capaz de levar o aluno a compensar suas deficiências. Sendo assim, a principal função desse profissional está na zona do desenvolvimento proximal do aluno. É importante que cada criança seja mediada com recursos que promovam a aprendizagem, desenvolvendo-se plenamente, já que todas são capazes de superar-se desde que sejam ofertadas as condições necessárias. (FREITAS, 2006).

É possível ver que a escola sendo o cenário da educação inclusiva, deve contemplar uma estrutura adequada onde seja possível vislumbrar toda a riqueza possível e nela se realizar, em razão da diversidade que possibilitam salas de aulas heterogêneas, com grupos de diferentes níveis cognitivos, trabalhando juntos, apropriando-se dos conhecimentos historicamente construídos, como se fosse algo novo, que ganha sentido porque são capazes de relacioná-lo com sua vida, suas histórias, e que juntos suas diferenças, são capazes de se desenvolverem quando a zona do desenvolvimento proximal é ativada, possibilitando a alavancagem da aprendizagem e do desenvolvimento.

As atribuições de Vygotsky são altamente relevantes para a atuação de professor no processo de inclusão. Ao embasar-se nesse atuar, o professor será impedido a ter um

olhar diferenciado para o grupo de alunos, considerando a subjetividade de cada um e seu potencial. Assim, poderá sentir-se mais seguro para realizar uma prática pedagógica que seja efetiva.

Para educação Especial na Educação Básica despõe sobre os professores e sua formação para atuar no contexto inclusivo “[...] Professores capacitados e especializados conforme previsto no artigo 59 da LDB EN” [...] a formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena (BRASIL, 2001. p. 77).

Independente de como está à formação do Professor, o aluno com NEE continuará chegando às escolas estejam preparadas ou não. Então, devemos refletir o que este aluno estará fazendo na sala de aula e como o professor estará atuando para promover a aprendizagem, considerando suas características, limitações ou altas habilidades. Estaria este aluno posto no “meio” apenas para socializa-se ou deixado a sua própria sorte, tentando por si só adaptar-se nesse “meio”?

CONCLUSÃO

Nas últimas décadas, os debates sobre a inclusão ganham força e percebe-se que é necessário haver uma mudança no sistema educacional, para que seja possível a efetivação de uma educação de qualidade a todos os alunos, não pela imposição de leis, mas por reconhecimento de que a exclusão fere os direitos humanos.

A prática pedagógica adequada em fase do processo de inclusão é de fundamental importância, sendo necessário que o professor se perceba como um agente facilitador dos processos de aprendizagem. Que ele veja cada aluno um sujeito singular.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Ministério da Educação e Cultura. 1996. Disponível em: <www.mec.gov.com.br/Legis/zip/lei9394sip> Acesso em: 25 abr. 2001.

FREITAS, Soraia Napoleão. **Uma escola para todos:** reflexão sobre a prática educativa inclusão. Revista da Educação Especial. Brasileira. Ano 2, n. 3, Dez/2006.

MARCHESI, Álvaro. **Da linguagem da deficiência as escolas inclusivas.** In: COLL, Aula Cezar.

_____, Álvaro. Palácios, Jesus; (ORGS.)

Desenvolvimento Psicológico e Educação. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MICHELS, M. H. **Gestão, Formação Docente e Inclusão:** eixos da reforma curricular educacional brasileira que atribuem contornos a organização escolar. Revista Brasileira de Educação. V. 11, n. 33, set/dez, 2006. (pp.406-423).

PIRES, Luciana. **The Inevitability of. Communication: questions raised by the word with preverbal autistic and mentally delayed patients.** British Journal of Psychotherapy Londres, v. 16, p. 477-488, 2000.

VYGOTSKI, Lev. S. **Fundamentos da Defctologia.** Obras Escogidas V. Madri: Visar, 1997.

_____, Lev. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

CAPÍTULO 7

PESQUISA PARTICIPANTE: A EDUCAÇÃO CRISTÃ

*Silvanete Silva Carvalho*¹⁰

INTRODUÇÃO

Agir e tornar-se coparticipante de um processo de pesquisa dentro de uma linha educacional cristã é um desafio. No entanto, é gratificante e prazeroso desfrutar do aprendizado que vai sendo construído e aprimorado.

O presente artigo propôs ampliar novas ideias, onde exhibe procedimentos com a finalidade de proporcionar aos leitores, entendimento construtivo e crítico do ser humano, apresentar alguns aspectos exclusivos da pesquisa participante e desenvolver conhecimentos da educação cristã.

Nesta perspectiva, a primeira parte do texto deseja mostra meios para motivar a seriedade da pesquisa e da Igreja na educação cristã, analisando possibilidades de discutir a importância do processo de investigação. Para que se desenvolva uma pesquisa participante voltada para as necessidades fundamentais do indivíduo, o pesquisador deve

¹⁰ Especialista em Fundamentos Metodológicos da Ciência, História e Geografia. Graduada em Biologia pela FTC/ead. E-mail silvaneteservadosenhora@hotmail.com

está inserido junto à sociedade, mostrando soluções para seus devidos problemas.

Motivada pelos ensinamentos bíblicos diários da caminhada com Cristo sustentada pela audácia de propagar a essência dos seus preceitos, escolhi dedicar-me a este tema no intuito de aprofundar neste conhecimento e possibilitar ao público leitor um amplo acesso sobre a educação cristã.

Os espaços analisados perpassam a Igreja, uma instituição que transmite a importância da obra de Cristo através da Bíblia Sagrada onde devemos refletir os conceitos relatados na palavra de Deus e esta exerce toda fonte de sabedoria para a raça humana. A escola, segundo espaço onde é ensinado os princípios formais da educação, fortalece os valores morais do educando e contribui para a formação do “ser cidadão”. O terceiro âmbito é a família, lugar de comunicação, amizade, superação e aprendizado.

A igreja, a escola e a família têm procedimentos distintos para com a educação, mas o intuito delas é compor bons cidadãos para enfrentar as controvérsias, incertezas, estorvo e tribulações da vida.

1. PESQUISA PARTICIPANTE DA IGREJA NA EDUCAÇÃO CRISTÃ

A pesquisa participante traz sabedoria, princípio e desenvolve conhecimentos, para ser feita são utilizados instrumentos típicos de uma entrevista consagrada, “a pesquisa científica possibilita o desenvolvimento do pensamento inovador, uma das habilidades necessárias ao cidadão e profissional da atualidade” (DEMO, 2000).

Dessa forma o profissional pesquisador se envolve com o meio social possibilitando uma maior interação entre ele e o conjunto participante, contudo, são as pessoas que vão expor problemas que as incomodem para que juntos busquem possíveis soluções para as dificuldades levantadas. Como diz LE BOTERF apud (1984), este especialista tem a função de "auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas".

A igreja desenvolve um papel primordial na educação, pois é o corpo de Cristo, que se compõe de pessoas cristãs, é uma entidade que deve se relacionar sem distinção de classe social, com a participação dela pode adquirir reverência ao Deus supremo, valores, conhecimento das escrituras sagradas e obedecer a seus mandamentos.

Neste sentido, a Bíblia torna-se o principal método usado pela igreja, pois é através dela que se transmitem informações ao ser humano para que se construa o temor a Deus e a compreensão de si e do mundo. Ela é composta de vários livros (biblioteca) e foi escrita por homens santos, como diz na epístola de segundo Pedro cap. 1 ver. 21. "Por que nunca qualquer profecia foi dada por vontade humana; entretanto homens (Santos) falaram da parte de Deus movidos pelo Espírito Santo". Além disso, é uma verdadeira fonte de pesquisa:

Uma pesquisa que é também uma pedagogia que entrelaça atores-autores e que é um aprendizado no qual, mesmo quando haja diferenças essenciais de saberes, todos aprendem uns com os outros e através dos

outros, conceitua (BRANDÃO & STECK, apud 2006, p. 13).

1.1 Igreja e Escola andam juntas na educação

Barbosa (2007) destaca a figura de Martinho Lutero como educador escolhido pelo criador, tinha uma visão do proveito que o ensino tem para todos, a partir de uma compreensão profunda da educação nos princípios bíblicos. Com seu colega *Melanchthon* criou uma escola cristã, comprometido em colaborar na construção de cidadãos de bem que se envolvesse em ajudar o próximo.

Neste processo, a figura do professor é fundamental para que a educação cristã efetivamente aconteça, este deveria, na visão dos reformadores, dispor de tempo e espaço para seu preparo. Este personagem deve está vinculado a uma compreensão profunda da Bíblia considerada uma arma poderosa criada por Deus para os ensinamentos do ser humano. Como está escrito na segunda epístola de Paulo:

Toda escritura é inspirada por Deus é útil para o ensino, para repreensão, para correção, para educação na justiça afim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra. (TM. CAP.3 VER. 16,17)

Com base neste versículo, poderíamos destacar o pensador Jean-Jacques Rousseau quando escreve em seu livro *Emílio*: “Tudo está bem saindo das mãos do autor das coisas, tudo degenera nas mãos dos seres humanos” (1995, p.7).

Promover palestras também é um método utilizado nas escolas para abordar temas críticos enfrentados pela sociedade, como por exemplo, o “Aborto” que tanto para a escola como para a igreja é abominável aos olhos de Deus, embora algumas pessoas sejam a favor da legalidade desse ato.

Pesquisa feita no jornal folha de São Paulo em 14/01/2014 por Reinaldo José Lopes aponta que “causa horror o simples pensamento de que existam crianças que jamais poderão ver a luz do dia, vítimas do aborto”. Assim, a Bíblia, por sua vez, torna-se o método mais seguro, pois segundo o livro dos Salmos a vida de um ser que ainda não nasceu é relatada da seguinte forma:

Os meus ossos não te foram ainda encobertos, quando no oculto fui formado e entretecido como nas profundezas da terra. Os teus olhos me vieram a substância ainda uniforme, e no teu livro foram escritos todos os meus dias, cada um deles escrito e determinado, quando nem um deles haviam ainda. (SALMOS CAP.139 V. 15,16).

Desta forma, a educação conhecedora da lei de nº 2848/40 art. 24 a 28 expõe as consequências causadas por este ato onde há punição das mães de um a três anos de prisão e médicos de três a dez anos. Somente em casos de risco de vida da mãe, o aborto é legal em nosso país.

Com isso, entendemos que tanto a igreja como a educação têm funções importantes, embora respaldadas por métodos distintos, ambas buscam facilitar os conhecimentos da sociedade trazendo formas de aprendizagem e,

contribuindo para o aprimoramento da realidade de cada indivíduo a estar preparado para enfrentar uma sociedade problemática.

2. A participação da família na educação cristã

A família é o alicerce do ser humano, o bem estar da sociedade. É por meio dela onde o caráter e os valores morais são construídos e lapidados no coração. Além disso, é considerada a escola informal que nos orienta a aprendermos elementos importantes para a vida.

A metodologia da família é ensinar a amar, respeitar, criar filhos obedientes que saibam se defender. Ao passo em que esses princípios não forem praticados, essa escola desmorona e a nossa população vai junto, pois é nela que buscamos apoio para superar as dificuldades que emergem em nossa vida.

O lar cristão é instituído por Deus com intenção de companheirismo e cuidados, como no livro de Gênesis cap.2 ver. 18 “Disse mais o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só, far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea”, não só entre o casal, mas também com seus filhos. O maior propósito de Deus é que o glorifique, pois Ele nos criou com seu genuíno amor.

Os pais são os principais responsáveis pela educação de seus filhos. A princípio, eles são o espelho, pois são com eles que aprendemos a dar os primeiros passos com segurança. Eles são muito importantes, é tanto que Deus deixou um mandamento específico, o “quinto”, encontrado no livro de Êxodo cap.20 ver.12: “Honra teu pai e tua mãe,

para que se prolonguem os teus dias na terra que o Senhor, teu Deus te dá”. Na bíblia este é o primeiro mandamento com promessa, a ausência desta obediência é o motivo da decadência da sociedade.

Neste cenário, é preciso de regras pautadas nas escrituras para que os pais obedeçam a Deus e eduquem os filhos. As escrituras declaram no livro de Provérbios cap. 22 ver. 6. “Ensina a criança no caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho, não se desviará dele”. Portanto, para os pais educar seus filhos é preciso orientações e ensinamentos, que devem ser usados na família cristã, principalmente na repreensão de seus filhos:

A vara e a repreensão dão sabedoria, mas a criança entregue a si mesma envergonha a sua mãe. Filho meu, não rejeites a correção do Senhor, nem te enojas da sua repreensão. Porque o Senhor repreende aquele a quem ama, assim como o pai ao filho a quem quer bem. (PROVÉRBIOS 29.15 e 3.11,12).

O ensino e a disciplina bíblica transforma o coração da criança, uma disciplina rigorosa e cheia de amor com a intenção de aprimoramento. Em contrapartida, o Projeto lei menino Bernardo 7672/2010, conhecido como Lei da Palmada desaprova a disciplina bíblica. Deus não ordena espancar a criança, mas sim disciplinar com sabedoria, assim como escrito no livro de Provérbios 22.15 que a criança é astuta “a estultícia está ligada ao coração da criança, mas a vara da disciplina a afastará dela”.

Desde muito pequena a criança aprende a defender-se muito rápido, um exemplo claro disso acontece quando os

bebês, zangados e com ira, chegam a bater na face dos pais, enganam sem que ninguém os ensine e aprendem a ser egoístas. Por mais que seus pais os ensinem a compartilhar, eles não ouvem. Assim, a família deve usar o método bíblico para corrigir seus filhos evitando que, quando adultos, entrem nos presídios.

A vara para Deus é a única que livra a criança de uma vida terrena triste e uma vida eterna terrível. O livro de Provérbios cap.23 ver. 13, 14 relata que “não retires da criança a disciplina, pois, se a fustigares com a vara não morrerá. Tu a fustigarás com a vara e livrarás a sua alma do inferno”. Ele ordena usar, quando necessário, a vara não com o coração cheio de fúria, mas com repreensão.

2.1 A escola substitui a família?

A escola é a segunda auxiliadora do saber, ela deve usar suas técnicas de ensinamentos diferentes dos pais, contanto que venha conter obediência com seus superiores, constituindo uma relação cordial entre ambas.

Com efeito, a educação baseada na autoridade e no respeito apenas unilateral apresenta os mesmos inconvenientes, quer do ponto de vista moral, quer do ponto de vista intelectual: ao invés de levar o indivíduo a elaborar as regras e a disciplina que o obrigarão, ou a colaborar nessa contradição, ela lhe impõe um sistema de imperativos pré-estabelecidos e imediatamente categóricos. (PIAGET 1988, p.67).

Uma instituição deve estar continuamente em busca do seu crescimento e na sua capacidade de formar alunos críticos, participativos, criativos e preparados para enfrentar o mercado trabalhista. Assim, as apresentações das metodologias proposta, apontam para o educando, no intuito de que ele se sinta bem e flua em si um empenho maior pelos estudos.

É necessário que os pais sejam responsáveis no que diz respeito à educação de seus filhos, proporcionem diálogo aberto no intuito a expor a importância dos estudos e mostrem modelos de vida com consequências por falta de educação. São poucos aqueles que buscam conhecimento necessário para que seu filho seja um pescador de ideias.

No ambiente escolar, são indispensáveis as realizações constantes de reuniões de pais, alunos e mestres nas instituições na busca de melhorias do ensino e da relação de todos os envolvidos, sendo ele o espelho para os discentes. Neste sentido, escolas e professores descomprometidos não podem produzir estudantes comprometidos.

CONCLUSÃO

As afirmações citadas demonstram o procedimento da edificação do ser humano que, por sua vez, desempenha a função imprescindível da pesquisa participativa da Igreja na educação cristã. Primeiramente o educando constrói dentro de si um novo ser, apto e crítico em seu conhecimento e reconhecendo que a Igreja nos leva a ter um entendimento maior com Deus.

Esta educação obteve uma parceria entre a Escola e a Igreja para melhorar o desempenho do educando. A família cristã caracterizada como primeira educadora aprende a exercer a verdadeira disciplina, criada por Deus, pois é através dela que a criança/adolescente irá andar em retidão com a escola e a sociedade.

Atualmente, acredita-se que a escola supra todas as necessidades que a família deve exercer com seus filhos, torna-se engano dos pais e da escola se crer que pode ocupar o espaço familiar. O descaso das famílias em relação à educação é real, mas ambas de mãos dadas podem mudar essa história, cada uma tem seu papel na vida do educando e de modo algum pode ser substituída.

REFERÊNCIAS

A Bíblia Sagrada, Revista atualizada no Brasil. 2 ed. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do, Brasil, 1999.

BARBOSA, L. M. R. As concepções educacionais de Martinho Lutero. Vol.33. São Paulo: Jan. 2007.

BRASIL. Projeto Lei nº 7672/2010. Brasília, 2010.

_____. **Decreto Lei de nº 2848/1940.** Brasília,1940.

DEMO, P. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.

PIAGET, J. Para Onde Vai a Educação? 9ª edição. Rio de Janeiro: José Olympo, 1988.

Site: [http://www1.folha.uol.com.br/
mundo/2014/01/1396936-papa-francisco-qualifica-aborto-
como-descartar-seres-humanos.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/01/1396936-papa-francisco-qualifica-aborto-como-descartar-seres-humanos.shtml).

Acessado em 10/06/2014

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. São Paulo: Martins Fontes; 1995.

Editora
Φ *Phillos*
www.editoraphillos.com